

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 10/2012

DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA DEZASSEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE

(Contém 52 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **José Élio Valadão Ventura**-----
VEREADOR **António da Silva Gomes**-----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 16 de abril de 2012, realizou-se na Sala das Sessões do Edifício dos Paços do Concelho uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Atas das reuniões do executivo municipal para aprovação

Presentes para discussão e aprovação do executivo municipal, as atas respeitantes às seguintes reuniões:-----

-Ata n.º 4/2012 – de 30 de Janeiro de 2012; -----

-Ata n.º 5/2012 – de 13 de Fevereiro de 2012;-----

-Ata n.º 6/2012 – de 27 de Fevereiro de 2012;-----

-Ata n.º 7/2012 – de 12 de Março de 2012;-----

As atas em causa foram retiradas, devendo ser presentes na próxima reunião do executivo municipal.-----

O Vereador Artur Lima deu conta de não ter tido tempo para ler todas as atas em atraso, anotando a extensão das mesmas. Nesse sentido, a discussão e aprovação das atas foi adiada para a próxima reunião.-----

Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de 2011

Ent. 1898 – Ofício dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, remetendo os documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2011, apresentando os seguintes resultados:-----

Demonstração dos Resultados do Exercício:-----

Custos e Perdas - € 8 142 605,47 (oito milhões, cento e quarenta e dois mil, seiscentos e cinco euros e quarenta e sete cêntimos)-----
Proveitos e Ganhos - € 8 235 301,82 (oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e um euros e oitenta e dois cêntimos)-----
Resultado Líquido do Exercício – € 92 696,35 (noventa e dois mil, seiscentos e noventa e seis euros e trinta e cinco cêntimos) -----
Fluxos Financeiros:-----
Saldo inicial – € 184 703,08 (cento e oitenta e quatro mil, setecentos e três euros e oito cêntimos)-----
Receitas Arrecadadas – € 9 141 264,78 (nove milhões, cento e quarenta e um mil, duzentos e sessenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos)-----
Despesas Efetuadas - € 8 661 253,17 (oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil, duzentos e cinquenta e três euros e dezassete cêntimos)-----
Saldo Final - € 664 714,69 (seiscentos e sessenta e quatro mil, setecentos e catorze euros e sessenta e nove cêntimos).-----

Os Serviços Municipalizados propõem, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, que o resultado líquido do exercício de 2011, no valor de € 92 696,35 (noventa e dois mil, seiscentos e noventa e seis euros e trinta e cinco cêntimos) seja transferido para reforço do património na sua totalidade, considerando que o valor contabilístico da conta 51 “património” é inferior a 20% do ativo líquido.-----

Mais informam que os documentos de prestação de contas serão remetidos ao Tribunal de Contas, nos termos do n.º 4 das considerações técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Leis n.ºs 60-A/2005, de 30 de dezembro, 162/99, de 14 de setembro e pelos Decretos-Leis n.ºs 84-A/2002, de 5 de abril e 315/2000, de 2 de dezembro.-----

A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, aprovou este documento e deliberou submeter o mesmo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

O Vereador José Élio Ventura começou a apresentar o relatório de contas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo (SMAH), referente ao ano 2011 pela componente de execução da despesa. No que se refere a despesas correntes, indicou que estavam orçamentados 5,9 milhões de euros, apontando que foram executados cerca de 5,6 milhões de euros, o que representa um grau de execução de 95%. Sobre as despesas de capital, deu conta que foram orçamentados 2,7 milhões de euros e executados 2 milhões de euros, o que disse representar um grau de execução de 71%. No global da despesa, apontou que o orçamento era de 8,7 milhões de euros e foram

executados 7,6 milhões de euros, o que representa uma execução de 88%. Relativamente à despesa, destacou que as despesas correntes, no ano 2011, estão em linha com a execução dos anos anteriores, designadamente nos últimos quatro anos, conforme disse constar no relatório apresentado. Já em relação às despesas de capital ressaltou que 2011 foi o melhor dos últimos quatro anos, atendendo a que em 2008 a taxa de execução foi de 29%, em 2009 de 30%, e em 2010 de 64%.-----

Relativamente à execução da receita, o Vereador José Élio Ventura indicou que as receitas correntes estavam orçamentadas em 6,5 milhões de euros, tendo sido executados 6,56 milhões de euros, com uma taxa de execução de 100,6%. No que se refere às receitas de capital disse que foram orçamentados 2,2 milhões de euros e liquidados 2,7 milhões de euros, o que concluiu representar uma taxa de execução de 126%. Referiu, de seguida, que as receitas totais estavam orçamentadas em 8,7 milhões de euros, indicando que foram liquidados 9,3 milhões de euros, que concluiu representar uma taxa de execução de 107%. À semelhança da execução da despesa, a da receita, designadamente das correntes, está em linha com os últimos quatro anos. Sobre as receitas de capital, o Vereador José Élio Ventura ressaltou que estas aumentaram de forma bastante significativa, quando comparada com os anos anteriores. Sublinhou que é importante justificar este grau de execução atípico, uma vez que foram ultrapassados os valores orçamentados, explicando que este aumento se prende com os investimentos que foram executados em 2010, cujos pedidos de pagamento e as respetivas transferências financeiras só foram efetuados em 2011.-----

O Vereador José Élio Ventura reportou-se de seguida à demonstração dos resultados. Indicou que houve um ligeiro acréscimo dos proveitos, na ordem dos 0,7% e dos custos em cerca de 7%. Assim, o total dos proveitos situou-se nos 8,2 milhões de euros e dos custos nos 8,1 milhões de euros, obtendo-se deste modo o resultado líquido de 92 mil euros.-----

No que concerne a vendas e prestações de serviços, o Vereador José Élio Ventura deu conta que se pode dividir a atividade dos SMAH em três áreas: águas, saneamento e resíduos sólidos. Nesse sentido, informou que as vendas provenientes dos serviços de água, que atingem cerca de 60% do total da faturação, frisando que estas têm um peso bastante significativo nas receitas dos SMAH. Detonou uma ligeira queda ao nível das

vendas e prestações de serviços, que disse dever-se, sobretudo, à transferência de responsabilidades para a Teramb, nomeadamente aquela que decorria da receita proveniente do depósito de resíduos em aterro, que atualmente é faturada e receita consignada desta empresa intermunicipal, que gere o aterro intermunicipal da Ilha Terceira. Indicou que a receita das vendas de água totalizou 2,9 milhões de euros, a receita da tarifa de disponibilidade 0,6, a receita do saneamento 1,4 e a receita dos resíduos sólidos cerca de 1 milhão de euros.-----

Ao nível dos custos, o Vereador José Élio Ventura salientou que os custos com pessoal diminuíram sensivelmente e aumentaram os custos com materiais consumidos. O Vereador Artur Lima questionou qual foi exatamente a diminuição dos custos com pessoal, recordando as promessas do ex-Vice-Presidente da Câmara, então Presidente dos SMAH, nesse sentido, na altura da reestruturação dos SMAH. O Vereador José Élio Ventura respondeu que esta redução se prende com a diminuição do número de efetivos, com o não pagamento do subsídio de Natal e também com a diminuição do pagamento de horas extraordinárias por via da alteração do circuito de recolha dos resíduos sólidos. Indicou que as despesas com pessoal estavam orçamentadas inicialmente em 3,5 milhões de euros, situando-se nos 3,1 milhões de euros.-----

Voltando à componente dos custos, o Vereador José Élio Ventura reiterou que aumentaram os custos com materiais consumidos e custos operacionais e ainda as amortizações, o que disse estar associado ao aumento dos custos financeiros, designadamente das amortizações e dos encargos da dívida. Referiu de seguida que os custos com pessoal representam cerca de 43%, para assegurar o vencimento dos 186 colaboradores, que neste momento prestam serviço nos SMAH. Por outro lado, anotou que diminuíram os custos com rendas e alugueres, bem como os encargos com reparação e conservação de viaturas, sendo de cerca de 400 mil euros, anotando que em 2008 era de cerca de 570 mil euros.-----

O Vereador José Élio Ventura salientou de seguida os resultados operacionais, ao nível das águas, saneamento e resíduos sólidos. Ao nível das águas o resultado em 2011 foi de 1,2 milhões de euros; ao nível do saneamento o resultado é negativo, em 340 mil euros e ao nível dos resíduos sólidos urbanos o resultado é também negativo, na ordem dos 2,5 milhões de euros. Explicou que é feito o cálculo entre as receitas geradas por cada uma destas atividades e os custos imputados a cada uma, no sentido de apurar a

receita gerada, por metros cúbicos de água e no saneamento, e por cada quilo que é produzido e recolhido, no que toca aos resíduos sólidos urbanos. Relativamente a 2010, concluiu que se verifica um agravamento no caso da água e do saneamento, que disse estar relacionado com as amortizações, uma vez que foram transferidas responsabilidades financeiras, quer ao nível das amortizações dos empréstimos, quer ao nível dos juros da dívida. Indicou, ainda, que também se verificou um agravamento ao nível dos resíduos sólidos, associado a dois aspetos: diminuição significativa da quantidade de resíduos sólidos produzidos no concelho em 2011 e os encargos associados ao depósito desses resíduos em aterro. Relativamente aos custos unitários de cada uma das atividades, referiu que custa 0,73 euros produzir um metro cúbico de água. O Vereador Artur Lima anotou que essas contas são falaciosas, dando vários exemplos concretos de situações e de gastos em 2011. O Vereador José Élio Ventura retorquiu que estas contas são indicadores, que servem para apurar quais as atividades que estão melhor estruturadas e aquelas que têm alguns défices acrescidos. Voltando às atividades, indicou que os resíduos se situam mais ou menos nos 22 cêntimos por quilo, incluindo a amortização do depósito em aterro. Ao nível do saneamento, deu conta que tem um custo de 91 cêntimos por metro cúbico.-----

Concluindo, o Vereador José Élio Ventura apontou um resultado líquido na ordem dos 92 mil euros, e indicou que se solicita que esse resultado seja aplicado no sentido de reforçar o respetivo património.-----

O Vereador Artur Lima fez uma declaração de princípio, que disse aplicar-se a todos os documentos que serão analisados. Nesse sentido, começou por dizer que tem muita consideração pelo trabalho desenvolvido pelo atual executivo, principalmente tendo em conta as circunstâncias em que iniciaram funções, anotando as irresponsabilidades que foram introduzidas na programação de “uma marcha”, que o atual executivo “apanhou” a meio. No entanto, disse estar disponível para colaborar, mas não está disponível para branquear a situação. Afirmou que ou se assumem, de uma forma frontal, os erros do passado e que estes documentos não são os do atual executivo, no sentido de os corrigir em prol do Concelho ou então se o espírito for proteger a anterior equipa partidária e executiva não contem com o CDS-PP, que votará contra os documentos. Recordou as questões que foram deixadas pelo anterior executivo, referindo-se designadamente às de natureza pessoal que acabaram com processos judiciais contra

Vereadores da Câmara. Concluiu que se trata de atribuir responsabilidades a quem abandonou e fugiu das suas responsabilidades.-----

O Vereador Artur Lima apontou, em relação aos Serviços Municipalizados, a questão da Ladeira Branca, que não se fez, o que considerou gravíssimo, de uma incompetência total e uma falta de transparência, apontando ainda ser uma falta a uma promessa do anterior executivo e do anterior Presidente dos Serviços Municipalizados. Reportou-se de seguida às estações elevatórias, recordando que foi proposta uma verba, concluindo que estas também não foram feitas, bem como as remodelações das redes de água. Indicou, de seguida, que existem no orçamento uns empenhamentos de receita que disse serem perceptíveis, considerando estranha a diferença em relação aos anos anteriores, nomeadamente das taxas de execução. Recordou que o orçamento de 2011 sofreu sete alterações e duas revisões, ao longo de 2011, manifestando que não é normal que tal aconteça com um orçamento bem feito e bem programado. Anotou ainda outro dado, que disse ser curioso, das faltas dos funcionários, indicando que, em média, a ausência por doença e doença prolongada são consideráveis: 186 funcionários, 3479 faltas, 18 dias de faltas por ano, o que considerou excessivo. Questionou ainda preocupação e a averiguação dos processos pela gestora dos Recursos Humanos.-----

O Vereador Artur Lima recordou que o antigo Presidente dos Serviços Municipalizados afirmava que “as pessoas nem sabem o bem que lhes está a ser feito, ao levarem-lhes água a casa e recolha de lixo”, como se as pessoas não pagassem por esses serviços e impostos, destacando a “fúria liberalizadora que tem acontecido em alguns setores”, como a saúde, o que constatou passar-se igualmente ao nível do Governo da República. Nesse sentido, recordou os valores das receitas das vendas que foram referidas pelo Vereador José Élio Ventura, concluindo, numa análise simplista, que os munícipes pagam mais de taxas do que água. O Vereador José Élio Ventura esclareceu que falam de taxa de disponibilidade só para a água e que os outros valores são uma taxa decorrente da quantidade recolhida, anotando o exemplo do saneamento, que disse ser variável em função das quantidades. O Vereador Artur Lima disse ser um imposto ou uma cobrança sobre o consumo de água, reiterando que no consumo de água, as pessoas pagaram 2,9 milhões de euros e em impostos sobre esse consumo pagaram 3 milhões de euros. Concluiu que, no entender do CDS, essa filosofia está errada, recordando já ter dado conhecimento desta posição no ano transato. Apontou ainda que

não é possível para os munícipes poupar no consumo, por via das referidas taxas, sugerindo que se encontre outra alternativa.-----

O Vereador Artur Lima deu conta de considerar que o relatório de contas está muito bem apresentado e bem feito, referindo a propósito que não é o caso do da Teramb, que anotou ter tido dificuldades em ler, devido do tamanho dos quadros. Lamentou novamente que a questão da Ladeira Branca tenha ficado por resolver, ressaltando as questões entre o antigo Presidente dos Serviços Municipalizados e o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, afirmando ser uma falta de compromisso entre o executivo e uma proposta do CDS-PP, concluindo que o saneamento de Santa Luzia continua por fazer. Reiterou que este era um orçamento de promessas e que é necessário reconhecer uma série de erros.-----

Em relação à Ladeira Branca, o Vereador José Élio Ventura deu conta de que essa matéria é abordada na agenda da corrente reunião, acrescentando haver uma revisão orçamental que se prende com esta questão. No que concerne à “fúria liberalizadora em alguns setores”, o Vereador José Élio Ventura considerou que tudo que sejam serviços desta natureza devem permanecer no setor público, porque as empresas privadas têm um ímpeto de lucros, o que nem sempre se passa com as instituições públicas. Destacou que os munícipes ficam mais protegidos enquanto este tipo de serviços for prestado por uma entidade como os Serviços Municipalizados ou com uma estrutura semelhante. O Vereador José Élio Ventura reportou-se de seguida à questão das faltas por doença prolongada, afirmando que este também é um número que o preocupa e que este assunto poderá ser debatido de futuro. Indicou que existem algumas situações crónicas, em relação às quais não poderá fazer juízos de valor, de pessoas que se encontram de baixa por atestado médico e que são avaliadas por juntas médicas. Explicou que são situações pontuais, mas prolongadas. Em relação às taxas de execução, o Vereador José Élio Ventura deu conta que nos anos que referiu, 2008, 2009, haveria algum desajuste entre o que era orçamentado e a capacidade de execução, anotando que tem havido um esforço no sentido de definir as verbas de acordo com a capacidade financeira e operacional dos serviços, ressaltando que este orçamento da despesa de capital está muito associada aos fundos comunitários, recordando o investimento significativo, a partir de 2009, ao nível do abastecimento de água, fortemente participado por fundos comunitários do Proconvergência.-----

O Vereador António Ventura deu conta de estar de acordo com o Vereador Artur Lima, acrescentando que houve um conjunto de situações com o anterior executivo do PS em que não havia margem de manobra para o diálogo e em que era dada a ideia de que não existiam erros. Apontou que se veio a constatar, já com o atual executivo, que efetivamente as coisas não eram bem assim. Por outro lado, o Vereador António Ventura recordou que houve uma série de compromissos assumidos com a bancada do PSD, que disse que não vão deixar passar em claro. Reiterou a necessidade de concordarem com o facto de que havia uma responsabilidade anterior, que nunca foi assumida, por forma a criarem novas bases de entendimento. Relativamente ao tempo de apresentação dos documentos, apontou que foram entregues no último momento, em reunião extraordinária, devido do tempo limite para a Assembleia Municipal. Afirmou que o PSD considera que tal não pode voltar a acontecer, por causa da história política deste mandato da Câmara Municipal, que pode levar a decisões motivadas pela arquitetura política, chamando a atenção para que não há margem para realizar uma nova reunião.-

O Vereador Fernando Dias deu conta de não ter tido tempo, como costume, para analisar os documentos ao pormenor, reiterando as palavras do Vereador António Ventura no sentido de que esta apresentação é feita no último momento, muito perto da data da Assembleia Municipal. Nesse sentido, pediu ao atual executivo que tal não voltasse a acontecer, destacando que esta é uma prática habitual, o que significa que não existe tempo para o estudo e a análise de detalhe que os documentos, pela sua importância, merecem. O Vereador Fernando Dias chamou de seguida a atenção para a falta dos relatórios da fiscalização dos revisores de contas, que considerou importante serem disponibilizados à Vereação e à Assembleia Municipal, apesar de estarem reunidos os documentos mínimos. Recordou que esses relatórios foram entregues no primeiro semestre de 2011, anotando que não existem em relação ao final deste ano, indicando que seriam essenciais, por providenciarem mais pormenor. Deu conta de ter informação que o ROC tinha ficado de fazer um relatório de fiscalização do segundo semestre, que só será apresentado no dia 18 do corrente, reiterando que é isto que não pode voltar a acontecer. O Vereador Fernando Dias reportou-se ao relatório intercalar de fiscalização efetuada, passando a citar informação constante do mesmo, que indica que a rubrica de vendas poderá não estar exatamente correta, por via da inadequação do sistema utilizado para faturação e contabilidade, que aumenta a possibilidade de distorção da rubrica. Indicou que esta situação possivelmente já se verifica há muito

tempo, apelando que o atual Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados tivesse em consideração este relatório. Acrescentou, em relação a todos os documentos em análise, que o mesmo relatório ressalva também a criação de uma política de seguros e uma política de informática, que disse terem de ser estruturais. Citou o que o relatório diz a este respeito, em relação aos Serviços Municipalizados e à Câmara Municipal. Concluiu que, possivelmente, estas questões ainda não foram resolvidas. Reiterou a questão da entrega dos documentos no momento, situação que considerou impedir a reflexão e análise que estes exigem. Anotou, seguidamente, a sua preocupação com alguns aumentos nos custos unitários dos SMAH, nomeadamente, no saneamento e água, supondo que estes estejam relacionados com as amortizações. Ainda sobre o saneamento, o Vereador Fernando Dias referiu-se à relação entre o custo e o proveito. O Vereador José Élio Ventura, em relação ao saneamento, confirmou que a oscilação tem a ver com as amortizações e com o aumento dos encargos com a energia, designadamente com o funcionamento da ETAR e das estações elevatórias.-----

O Vereador Fernando Dias anotou o facto de esta informação explicar a redução dos resultados líquidos de 2011, de quinhentos mil para noventa mil euros positivos, chamando a atenção para poupanças que sejam necessárias, destacando que é uma situação a acompanhar.-----

Considerou, de seguida, que os custos com pessoal não reduziram assim tanto. Referiu-se à taxa de execução de 71%, que disse nunca ter acontecido, concluindo que apesar de tudo é um aspeto positivo. Apesar disso, ressaltou os valores das perdas de 25% de água na rede, referidos no relatório. Considerou que este valor é preocupante, porque esses 25% significam uma perda de receita de oitocentos mil euros. O Vereador José Élio Ventura indicou que poderá significar esse custo. O Vereador Fernando Dias retorquiu que é sempre uma perda de receita, destacando que, de futuro, os objetivos da receita têm de passar pelo investimento de água e em relação a estas perdas de rede. Reiterou a questão da entrega do relatório do ROC, anotando a importância de que este seja entregue rapidamente à Vereação, apelando nesse sentido ao Presidente dos Serviços Municipalizados e à Presidente da Câmara Municipal, em relação à Câmara e à Culturangra.-----

O Vereador José Élio Ventura indicou que, de futuro, poderão definir outro calendário de entrega dos documentos para a análise destes. Em relação à política de informática, deu conta de que os SMAH dispõem de um *software* que está desatualizado, acrescentando que esta matéria está em apreciação no Conselho de Administração, não havendo nada decidido. Anotou que os *softwares* novos têm custos e um acompanhamento inerente. Em relação ao sistema informático, de forma genérica, considerou importante que haja uma integração dos sistemas dos SMAH, da Câmara e da Culturangra. Sobre as perdas de 25% de água na rede, manifestou que são uma realidade e que é uma matéria que deve ser analisada ao pormenor, por forma a ser corrigida. Reiterou que esta perda constitui um não custo, porque a água não é consumida, assinalando que a procura está estabilizada e definida nos 2,9 milhões de euros de consumo. O Vereador Fernando Dias assinalou as diferentes épocas e as diferentes necessidades, nomeadamente no verão. O Vereador José Élio Ventura concordou. O Vereador Fernando Dias destacou ainda a diferença quando se trata de água de furo ou de nascente e os decorrentes custos de energia. O Vereador José Élio Ventura considerou que estão todos de acordo que é preferível não perder estes 25%, reiterando a necessidade de estas perdas de água serem corrigidas, apesar de haver sempre uma margem de perda, através de uma fuga ou de uma avaria. O Vereador Fernando Dias concordou que essa margem de perda normal existe e que está definida em termos técnicos.-----

Relativamente à receita de capital, o Vereador Artur Lima referiu que ascendeu a 126%, manifestando que é necessário que fique claro que se deveu à receção de grande parte do respetivo financiamento. O Vereador José Élio Ventura recordou ter afirmado exatamente isso. O Vereador Artur Lima recordou que houve obras que ficaram por fazer, enumerando alguns exemplos com taxas de execução nulas ou parciais. Concluiu que a taxa real de execução do orçamento foi baixa. Relativamente ao *software* dos SMAH, deu conta de terem sido gastos milhares de euros nesta área em 2011, dando alguns exemplos. O Vereador José Élio Ventura ressaltou que existe uma parte do *software* e outra do *hardware*. O Vereador Artur Lima contabilizou cerca de dezasseis mil em *hardware*. Por outro lado, o Vereador Artur Lima apontou ter estado à procura, no orçamento, da viatura que veio fazer limpeza as ruas, sem sucesso, o que considerou lamentável. Ressaltou ainda a execução nula da educação ambiental, recordando os discursos que ouviram sobre essa matéria. O Vereador José Élio Ventura indicou que esta consta da página 123. O Vereador Artur Lima reafirmou ser de valor zero, reportando-se ao último parágrafo, dos resultados obtidos, que disse resumir a

incompetência. Apesar disso, recordou que já foi feito um bom programa ambiental pelos SMAH, entre 2005-2009, com campanhas nas escolas, um programa de sensibilização que disse ter tido bons resultados, mas que se perdeu há cerca de três anos. Reportou-se, de seguida, ao que estava previsto em termos de educação e sensibilização ambiental, entre 2010 e 2011, concluindo que se falhou o público-alvo principal, as escolas, anotando a distribuição de sacos e de panfletos informativos em 448 casas de habitação social, afirmando que esta campanha de sensibilização merecia um voto de protesto. Nesse sentido, o Vereador Artur Lima manifestou que o orçamento não merecia aprovação, pese embora a estética e o cuidado com que foi apresentado. Deu conta de esperar, para o próximo ano, que os documentos sejam entregues com maior antecedência, ressaltando que a exigência será maior. Mostrou ainda disponibilidade em colaborar, mas não em branquear ações do passado. Indicou que o próximo orçamento será do atual executivo e que este, tendo em conta as críticas que o próprio teceu, teria de ser chumbado. Apesar disso, manifestou consideração pelo trabalho do atual executivo, reiterando o facto de ter iniciado funções apenas em dezembro. Considerando o interesse dos munícipes e do município, deu conta que será dado um voto de confiança, no sentido que as coisas se tornem mais transparentes e mais objetivas e ainda que o próximo orçamento seja mais realista e de compromissos e com uma gestão mais rigorosa, nem que para isso seja necessário comprar *software*. Concluiu que se ia abster na votação deste relatório de contas de 2011.-----

O Vereador António Ventura, partindo do princípio que o abastecimento de água à população está assegurado, questionou se a ligação existente entre o furo geotérmico e a lagoa do Cabrito está sempre disponível. Questionou também se essa água, em termos de qualidade, continua a levantar alguns problemas de saúde animal.-----

O Vereador José Élio Ventura deu conta de ter informação que a conduta que faz esse abastecimento está em condições de funcionar e que a água pode ser consumida, desde que respeite um conjunto de procedimentos. Indicou que tem de ser encontrado um equilíbrio entre a água que vem da geotermia e a que está disponível quer na lagoa, quer na nascente do Cabrito.-----

A Presidente ressaltou que, quando aceitaram iniciar funções aceitaram igualmente apanhar “essa marcha” já a meio, com as inerentes consequências que tal acarreta.

Sobre a data de entrega dos documentos, tanto em relação a relatórios de contas como a orçamentos, concordou que efetivamente estes terão de ser concluídos mais cedo, para que possam ser analisados com mais tempo e separadamente. Anotou, ainda, a dificuldade em organizar estes documentos, com o trabalho diário, reiterando o esforço que terá de ser feito para uma próxima vez.-----

Relatório de Gestão de Contas e Prestação de contas 2011

– Culturangra, EEM

Ent. 2079 – Ofício n.º 1681, de 12 de Abril de 2012, da Culturangra, EEM, remetendo o Relatório de Gestão de Contas e prestação de Contas 2011, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 23.º, alínea e), dos Estatutos da aludida empresa municipal. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista, e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, aprovou estes documentos e deliberou remeter os mesmos à Assembleia Municipal para conhecimento.**-----

A Presidente começou por referir que a Culturangra é uma empresa municipal, detida a 100% pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que acumula três grandes áreas, naquelas que são as suas funções, por delegação de competências por parte da Câmara: a cultura, o desporto e as zonas balneares. Em termos culturais, indicou que foram desenvolvidas atividades praticamente todos os dias do ano, desde o cinema ao teatro, passando pela música, dança, exposições, semanas temáticas, gastronomia, entre outros. Acrescentou que a programação da Culturangra respeita um figurino que é mais ou menos fixo e que contempla festivais, encontros, festividades, temporadas, consoante a sazonalidade. No que respeita ao desporto, que inclui o conceito de saúde e de tempos livres, apontou que são também variadíssimas as atividades realizadas ao longo do ano. Assinalou as atividades financeiras de maior relevo, destacando que a Culturangra assume também a manutenção de infraestruturas, já que a esta compete a gestão e manutenção do pavilhão municipal, dos campos de ténis, do campo municipal e do pavilhão Luís Bretão. Para além destas funções, acrescentou que compete ainda à Culturangra acompanhar as associações desportivas, prestar apoio à Câmara na atribuição de apoios ao desporto, promover atividades associadas ao desporto saudável, entre outras áreas. Em relação às zonas balneares deu nota que compete à Culturangra

a gestão das mesmas, o que engloba as candidaturas à Bandeira Azul, limpeza dos espaços, preparação das épocas balneares, recursos humanos associados, entre outras tarefas. Das atividades referidas indicou que a Cultura é a que apresenta maior receita, mas não autonomia financeira. No que diz respeito ao setor do desporto, afirmou que é claramente deficitário, já que as infraestruturas são onerosas em termos de manutenção, mas a sua utilização é gratuita para as equipas, havendo participação pela Direção Regional do Desporto para o uso do espaço, mas claramente insuficiente para fazer face a todas as despesas associadas. Relativamente às zonas balneares, afirmou que representam apenas custos, já que não há qualquer contrapartida financeira pelos seus utilizadores.-----

Em relação aos gastos, a Presidente indicou que totalizaram em 2011 dois milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e seis euros e oitenta e sete cêntimos, o que disse representar, comparativamente a 2010, menos 12,79%, ou seja, menos trezentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos. Apreciando a sua distribuição, indicou que se percebe que a maior relevância está nos fornecimentos e serviços externos, com 58% e, dentro destes, nos subcontratos. Destacou que esta situação está fortemente relacionada com as Sanjoaninas, que tem um peso muito relevante na empresa municipal. Mesmo assim, acrescentou que se verifica uma redução de custos associada à transferência para a Tertúlia Tauromáquica Terceirense da organização da Feira de São João. Ressalvou que a outra variante a assumir um volume de relevo nos custos é a conta pessoal, com um peso de 33%, ou seja, oitocentos e dez mil, quinhentos e cinco euros e setenta e cinco cêntimos. Apontou que há outra redução, comparativamente a 2010, que disse prender-se não só com a redução de funcionários, mas também com o contrato de cooperação assinado com o Regimento de Guarnição nº 1, que se traduziu numa redução significativa dos custos com os nadadores-salvadores para a Culturangra.-----

Em relação aos rendimentos, a Presidente indicou que se verifica um saldo final de dois milhões, quatrocentos e sessenta e um mil euros e sessenta e nove cêntimos, o que disse corresponder a menos 23, 55% do que em 2010. Explicou que esta situação se tornou extremamente penalizadora para a empresa municipal, ainda mais quando se percebe que neste valor está já englobado o valor previsto de cobertura de prejuízos relativos às contas do ano, ou seja, excetuando este montante, as transferências

reduzem-se a dois milhões, mil e trezentos euros e vinte e quatro cêntimos. Pormenorizando os resultados verifica-se que a grande origem da receita está nos subsídios à exploração, com um milhão, setecentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta euros e quarenta e cinco cêntimos. Excetuando este valor, indicou que nas receitas sobram trezentos e noventa e quatro mil, quinhentos e setenta e três euros e cinquenta e cinco cêntimos em outros rendimentos e ganhos e trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e quinze euros e vinte cêntimos em vendas e serviços prestados. Cruzando os dados, antes e depois dos impostos, verifica-se que há o resultado líquido do exercício de zero. Nesse sentido, ressaltou que se torna imperativo esclarecer que este não é o resultado exclusivo do trabalho desenvolvido na Culturangra, mas sim este acrescido de um montante que, no entendimento do atual ROC e em conformidade com disposto no Regime Jurídico do Setor Empresarial Local, deverá ser coberto por conta do próprio ano. Prosseguiu afirmando que para perceber melhor o desempenho da empresa há que reconhecer que a Câmara Municipal terá que transferir, relativo ao exercício de 2011, quatrocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos, para assim se atingir o resultado líquido de zero, descrito no relatório. Resumiu que a Culturangra apresenta a execução da despesa mais baixa de sempre, com mais de trezentos mil euros de redução em relação a 2010, um ano que destacou já ter sido de grande contenção. Acrescentou ainda que a Culturangra apresenta uma receita com uma queda de 23, 55%, em relação ao ano anterior, que por sua vez já tinha tido uma queda talvez grande demais, anotando que nas transferências da autarquia se reduziu cerca de 1,2 milhões de euros, perto de um terço do valor das transferências. Concluiu que a empresa não consegue apresentar valores mais baixos de despesa, porque o resultado do exercício se deve apenas à falta da transferência por parte da Câmara Municipal, situação já reposta no orçamento de 2012. Indicou ainda que a Culturangra, no modelo atual, não conseguirá reduzir mais as suas despesas, sob pena de o próximo passo ser a estagnação completa, a crescer à falta de investimento, por falta de financiamento por parte da proprietária dos bens. Ressaltou que, para desempenhar as suas funções, a Culturangra tem ao seu serviço quarenta e nove funcionários, sendo que dezoito são requisitados da autarquia e trinta e nove contratados pela própria empresa, crescem a estes dezoito nadadores-salvadores, contratados anualmente para serviço sazonal, ainda que em 2011 parte destes tenham vindo pelo contrato de cooperação com o Regimento. Passou a explicar a divisão da orgânica da empresa, por áreas. Em termos de conclusão, a Presidente reiterou os resultados da empresa no que diz respeito à contenção.-----

A Presidente fez a discriminação das despesas realizadas com as Sanjoaninas. Indicou que se verifica uma grande contenção e um resultado líquido de mil, novecentos e dois euros e trinta e nove cêntimos.-----

A Presidente reiterou resumidamente, com análise das várias áreas de intervenção da Culturangra, que a maioria destas não é lucrativa, frisando o esforço de contenção, bem como o de promover as iniciativas locais.-----

A Presidente indicou ainda que o entendimento do ROC é que existem dois valores, relativos a anos anteriores, que deverão também ser cobertos pela autarquia, nomeadamente a iluminação de Natal e o sintético do campo de jogos municipal, valores que disse terem sido pagos aos fornecedores.-----

A Presidente, dando por concluída a apresentação, informou que o Técnico Oficial de Contas foi chamado para prestar eventuais esclarecimentos. O Vereador Artur Lima considerou que esse facto reforça a ideia de que é imprescindível ter um economista dedicado a tempo inteiro às questões da Culturangra. Recordou, a propósito, a proposta de lei sobre as empresas municipais, apontando que a Culturangra tem oito meses para reunir as condições necessárias em termos legais, se não é extinta. A esse propósito, a Presidente recordou que o prazo da entrega do estudo sobre a Culturangra é no final do mês, dando nota da intenção de nessa altura trazer essa proposta à reunião de Câmara.-----

O Vereador Fernando Dias acrescentou o facto de terem aumentado os passivos da empresa, que passaram de novecentos e vinte e sete mil euros para um milhão, duzentos e cinquenta e nove, o que disse ser um aumento de 36%; destacou ainda a utilização a descoberto da própria conta bancária, que passou de duzentos e quarenta e seis mil, em 2010, para setecentos e sessenta e nove mil, setecentos e seis euros, em 31 de dezembro de 2011, o que considerou denunciar crescentes dificuldades em termos de pagamentos, acrescentando ainda questões de recebimentos. Reportou-se seguidamente ao estudo que está a ser feito sobre a empresa municipal, indicando a importância de este fornecer propostas para esta situação da Culturangra, que anotou não poder ser protelada, afirmando que esta penaliza o passivo do próprio grupo

municipal. Referiu novamente o relatório entregue no primeiro semestre de 2011, considerando que teria de haver um relatório de fiscalização do segundo semestre, por forma a esclarecer o valor a transferir da Câmara para a Culturangra, de cerca de quatrocentos e cinquenta e nove mil, valor este, que na opinião do próprio e do ROC, que poderá não ser definitivo. No que se refere à certificação legal das contas disse que a mesma apresenta este ano duas reservas e um ênfase. Duas reservas no que respeita a oitenta e três mil, seiscentos e sessenta e três, concluindo que aos quatrocentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quatro euros de prejuízo se adicionará os oitenta e três mil, seiscentos e sessenta e três, totalizando um prejuízo eventual de quinhentos e trinta e três mil euros da Culturangra. Ressalvou ainda que a Culturangra tem um maior fluxo financeiro por via das Sanjoaninas. Relativamente ao relatório destacou que há uma situação que não está bem clarificada, que eventualmente viria no relatório do ROC, que é a questão da execução orçamental, dando o exemplo da rubrica dos contratos, para a qual estavam orçamentados trezentos mil euros e foram executados seiscentos mil euros. Indicou que é difícil comparar o relatório com o orçamento que foi aprovado, pela forma como o primeiro está feito. Referiu de seguida os duzentos mil euros que estavam previstos de uma receita proveniente do Centro de Congressos, do Governo Regional, dos quais só foram recebidos 100 mil, já no corrente ano.-----

A Presidente confirmou, ressalvando que estavam previstos os 200 mil euros e que a empresa estava também a contar com uma revisão ao orçamento da Câmara Municipal, que acabou por não se realizar. A Presidente reiterou a contenção que foi feita no ano 2011, que ressalvou ser notória, indicando ainda que os pagamentos aos fornecedores da Culturangra são hoje feitos entre trinta a sessenta dias, o que considerou ser um cenário favorável, por conta da utilização da conta caucionada, que o Vereador Fernando Dias havia referido. Concluiu que a empresa prefere ficar em dívida à banca, do que aos seus fornecedores.-----

O Vereador Fernando Dias disse, em relação às dívidas a fornecedores, que neste momento, da informação que é dada, não conseguem perceber se há ou não dívidas a mais de noventa dias. A Presidente explicou que foi regularizada a situação de todos os fornecedores, há exceção de uns poucos que não facultaram os dados solicitados. O Vereador Fernando Dias, em relação à Câmara Municipal e à Culturangra, apontou que as declarações individuais de todos os pagamentos e recebimentos em atraso, até 31 de dezembro do ano anterior, os que estão a mais de noventa dias de atraso, deviam fazer

parte da prestação de contas, o que disse constar do artigo 15º da lei nº8/2012, das regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, anotando que essa referência é feita no relatório dos Serviços Municipalizados.-----

A Presidente deu conta que a lei nº8/2012 vem na sequência do decreto de lei nº32/2012, a lei para a execução orçamental de 2012, que prevê a apresentação desses documentos. Deu conta que a informação prestada por um parecer da Associação Nacional de Municípios remete para o artigo 92º do decreto de lei nº32/2012, que passou a ler, que indica que os normativos em causa não são ainda aplicados aos municípios, porque ainda não foram devidamente regulamentados. Concluiu que esta não é portanto uma obrigação, mas uma opção. O Vereador Fernando Dias chamou a atenção para o facto de ser um parecer, indagando se este colhe a concordância da Direção Geral das Autarquias Locais A Presidente citou o artigo 14º, que remete para um decreto de lei que não existe, assim aplica-se o decreto de lei nº32/2012, que do qual leu novamente o artigo 92º, concluindo que enquanto não houver regulamentação, os municípios estão isentos desta obrigação.-----

O Vereador Fernando Dias reportou-se à página 25, designadamente em relação à iluminação de Natal e ao campo sintético de Angra do Heroísmo, sobre o qual disse ter percebido que não veio a comparticipação, pedindo esclarecimentos em relação a esse percentual. A Presidente indicou que há um percentual porque a iluminação era de 2009 e o percentual referido é só o componente de 2011, que foi englobado nas contas, reiterando que estão ambas assumidas e saldadas.-----

O Vereador Artur Lima deu indicação que a Culturangra tem oito ou nove meses para se readaptar, para se reestruturar e para garantir a sua existência, no âmbito do projeto de lei sobre o setor empresarial autárquico, que disse ser bastante rigoroso, indicando a propósito que este prevê que os funcionários que não são da Câmara Municipal possam ser integrados, em determinadas condições. Apontou que aguarda o estudo, para que analisem a situação e tomem opções, nomeadamente sobre a continuidade da Culturangra. Sustentou que esta prestação de contas prova que tiveram razão antes do tempo e que estavam certos na altura da análise do orçamento da Culturangra. Considerou, ainda, que esta prestação de contas não merece aprovação, mas também

não merece obstáculo, por forma a ir à Assembleia Municipal, dando conta que o sentido de voto será o mesmo em relação à prestação de contas dos SMAH. Concluiu que face ao estudo que vai chegar e face ao projeto de lei, que entrará em vigor possivelmente em maio, urge que haja pessoal especializado a acompanhar em permanência a situação económico-financeira da Culturangra, sugerindo que para isso seja nomeado um funcionário da Câmara Municipal, designadamente um economista, que tenha preferencialmente conhecimento sobre a empresa. Recordou ter referido, na altura da discussão do orçamento da Culturangra, que a empresa municipal tem competências a mais e que só pode sobreviver se lhe forem retiradas algumas, de modo a que esta se dedique inteiramente à cultura, referindo que a maior parte das receitas da Culturangra vem de uma atividade cultural que são as Sanjoaninas. Registou como positivo, também por proposta do CDS-PP aquando do orçamento, que se tenha cumprido o pagamento em atraso aos fornecedores, recordando ter sido por isso que viabilizaram o referido orçamento, destacando ainda o facto de este ter vindo a ser cumprido, apesar das dificuldades, entre trinta a sessenta dias, o que afirmou ser extraordinário. Referiu, ainda, como positivo a redução do prejuízo dos setecentos mil euros para os quatrocentos e cinquenta e nove, mesmo com mais os oitenta mil, totalizando os cerca de quinhentos mil euros, considerando que é uma redução substancial. Deixou a promessa, por parte do CDS-PP, que será analisado com pormenor esse novo estudo e que vão exigir um economista a tempo inteiro para a Culturangra, destacado da Câmara Municipal. Anotou ainda o resultado positivo das Sanjoaninas, pese embora tenha recebido menos do que era hábito, o que concluiu ser a prova de que se conseguem fazer festas dignas, gastando menos. Ressalvou de seguida que a questão das rendas em atraso o preocupa e que tem de se resolver rapidamente essa situação, acrescentando que é um abuso por parte de certos empresários, concluindo que terão de tomar medidas rápidas e drásticas sobre essa matéria. Nesse sentido, indicou que é necessário fazer um levantamento dos bares e cafés junto às zonas balneares, para que possam tomar medidas e recuperar essa receita, que disse ser fundamental no futuro para a sobrevivência da Culturangra. Concluiu que, não prescindindo dos argumentos apresentados no passado quanto ao Plano e Orçamento da Culturangra, não ia colocar obstáculos a que a prestação de contas seja aprovada. Reiterou que o grau de exigência vai aumentar, por força das exigências legais e pelo interesse em proteger os postos de trabalho e os trabalhadores e que, por isso, terão de tomar medidas preventivas. Acrescentou que há muito trabalho a fazer, anotando que fará brevemente uma recomendação sobre essa matéria, que disse esperar ser aprovada por todos.-----

A Presidente concordou que a situação das rendas em atraso é preocupante, dando conta que o gabinete jurídico já tem os processos em andamento para entregar no Tribunal.-----

O Vereador António Ventura sustentou que esteve a apreciar contas que representam opções políticas, no âmbito das atividades da Culturangra. Ressalvou que desde o início estas não foram as opções programáticas do PSD para Angra do Heroísmo, designadamente na área da cultura, sobre a qual disse ter outra visão, recordando a propósito a discussão do plano e orçamento de 2012, onde não concordou com o que estava em causa, bem como com a falta de compromisso em relação a 2012. Referiu-se de seguida ao estudo e à importância deste período de análise, para fazer algumas mudanças de fundo, tendo por base o mesmo. Em relação à prestação de contas relativas a 2011, o Vereador António Ventura deu conta que a posição dos Vereadores do PSD era de abstenção.-----

Relatório de Gestão de Contas e Prestação de contas 2011

- Teramb, EEM

Ent. 2075 – Ofício n.º 42, de 12 de Abril de 2012, da Teramb, EEM, remetendo o Relatório de Gestão de Contas e prestação de Contas 2011, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 20.º, alínea c), dos Estatutos da referida empresa municipal. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, aprovou estes documentos e deliberou remeter os mesmos à Assembleia Municipal para conhecimento.**-----

O Vereador José Élio Ventura assinalou que este foi o primeiro ano de atividade da Teramb, que teve início apenas em fevereiro e em relação ao qual há alguns aspetos a assinalar. Começou por referir a elaboração do próprio relatório, que disse que poderá ser melhorado no futuro, reiterando o facto de a Teramb estar numa fase inicial de atividade, com um quadro de pessoal técnico e assistente operacional relativamente

reduzido, o que considerou contribuir para o que foi produzido e apresentado, sem prejuízo de num futuro próximo serem melhorados, equacionando a possibilidade de alterar os enquadramentos dos relatórios da Teramb, ajustando-os às restantes estruturas das entidades municipais, nomeadamente os SMAH e a Culturangra.-----

Relativamente ao ano transato, o Vereador José Élio Ventura indicou que ao nível das receitas, derivadas de vendas e serviços prestados, a Teramb teve uma faturação de cerca de seiscentos e cinquenta mil euros. No capítulo de outros rendimentos, deu conta de serem cerca de noventa e sete mil euros. No que se refere aos encargos, no fornecimento e serviços externos, afetou uma verba de quinhentos e quarenta mil euros, que disse estar associada à aquisição de serviços de máquinas, de segurança, bem como de combustível. Em relação aos gastos com pessoal, indicou que andaram na ordem dos quarenta e cinco mil euros. Concluiu que isto significa que a Teramb apresenta um resultado, antes dos impostos, de cento e cinquenta e cinco mil euros. Deu conta que este resultado está associado ao facto de este ter sido o primeiro ano de atividade, apontando que isto não significa que não existam outros investimentos necessários no aterro intermunicipal, quer ao nível técnico, quer ao nível tecnológico ou ainda ao nível do seu embelezamento e da sua apresentação, embora já haja um conjunto de intervenções em desenvolvimento, nomeadamente criar à entrada do aterro uma estrutura que controle a entrada de animais, indicou ainda que este ano se procedeu à florestação de algumas áreas. Apontou que foi feita uma gestão contida que levou a este resultado. Anotou de seguida o investimento que se perspetiva da central de valorização energética, cujo início de alguns procedimentos já foi desencadeado. Para finalizar, apontou os resultados operacionais positivos, no valor de cento e cinquenta e cinco mil euros, apontando que se propõe a aplicação de doze mil e novecentos para reservas legais e cento e dezasseis mil para reservas destinadas a investimento.-----

O Vereador Fernando Dias interveio, dando conta de não ter tido tempo para aprofundar a análise do relatório de contas da Teramb, indicando que é uma situação que não o preocupa muito, porque a atividade da empresa neste momento não é exatamente o que é desejável de futuro. Nesse sentido e conforme está considerou que, de futuro, não haveria justificação para que a sua atividade continuasse desta forma independente. Indicou de seguida que o grande motivo para a constituição da Teramb é a questão do tratamento de resíduos e da valorização energética da Ilha Terceira. Ressalvou que

neste momento a atividade da empresa está condicionada pelo projeto, em fase de apreciação e eventual aprovação, um investimento na ordem dos trinta milhões de euros. Deu conta que a atual posição dos Vereadores do PSD é de expectativa, justificando ser por isso que iam abster-se relativamente ao documento, esperando que a decisão sobre o projeto apresentado seja tomada ainda no decorrer do corrente ano. Assinalou que seria bom que os quadros que contêm as contas venham mais perceptíveis, à semelhança da constatação inicial do Vereador Artur Lima.-----

O Vereador Artur Lima, em primeiro lugar, responsabilizou o anterior Conselho de Administração pelo atraso, incompetência e negligência e ainda pelo laxismo que teve ao implementar uma solução de tratamento de resíduos sólidos e valorização dos mesmos na Ilha Terceira. Deu conta de pretender responsabilizá-lo, nomeadamente o seu ex-Presidente, Francisco Cota Rodrigues, sobretudo porque teve a desonestidade de acusar os Vereadores da oposição de terem posto obstáculos ao processo e que seriam os responsáveis pelos atrasos na Teramb, aquando da discussão dos estatutos da empresa. Afirmou que felizmente retiraram as megalomanias que o Presidente da Câmara Municipal da Praia e o anterior Presidente da Teramb queriam incluir no objeto social da Teramb. Nesse sentido, reafirmou querer responsabilizar ambos, especialmente o senhor Francisco Cota Rodrigues, anotando esperar que o executivo também o faça. Considerou que o projeto da Teramb é um fracasso, uma criação do anterior Conselho de Administração e do anterior executivo camarário, afirmando que até hoje não serviu para nada. Nesse sentido indicou que se até setembro deste ano a Teramb não tiver o seu projeto aprovado o próprio vai propor a extinção da empresa, bem como pedir responsabilidades ao Tribunal de Contas sobre a Teramb. Questionou onde está o projeto de valorização energética feito pelo anterior Conselho de Administração, com alguns membros dos SMAH, que disse ter incluído viagens à Europa e ao resto do mundo. Questionou ainda onde está a aprovação dos referidos trinta milhões para o projeto na prestação de contas. Inquiriu de seguida onde estão os cinco milhões de euros que são precisos para a Teramb avançar com esse projeto, indagando quando é que vão avançar com o mesmo. Recordou que os Vereadores da oposição foram ameaçados, para que houvesse uma aprovação até 15 de outubro de 2010, senão seriam responsáveis pela situação caótica dos resíduos na Ilha Terceira. Reiterou que fica bem provada a incapacidade do anterior Presidente dos SMAH de levar o projeto adiante. Afirmou ainda rejeitar com veemência as acusações que foram

feitas aos Vereadores. Deu indicação de que se irá abster nesta votação, com os mesmos argumentos que utilizou nas anteriores prestações de contas.-----

O Vereador José Élio Ventura apontou que o projeto já foi discutido e apresentado no DREPA, acrescentando ainda que esta matéria foi objeto de análise noutros momentos. Em relação ao histórico e aos compromissos, deu nota de não poder pronunciar-se. Considerou que, apesar deste projeto de valorização energética ser o principal motivo para a existência da Teramb, a empresa tem outro papel no que se refere a conciliação dos interesses dos dois concelhos, no âmbito da gestão do aterro intermunicipal. Recordou ter referido que não se podem sistematicamente pôr resíduos em aterro, criando um quadro não sustentável para o presente e para futuro. No que diz respeito ao projeto em concreto, indicou que o consenso existe, no sentido em que é necessário encontrar uma solução para a sustentabilidade. Apontou que o projeto foi entregue e que houve um diálogo sobre o empréstimo bancário, havendo um documento bancário que não assegura o financiamento, mas que mostra disponibilidade nesse sentido, recordando já ter prestado informações sobre esta matéria. Concluiu que neste momento decorre a elaboração do estudo económico-financeiro para justificar o investimento de trinta milhões, que disse estar a seguir os procedimentos necessários. Acrescentou que a parte significativa do investimento só terá início aquando a assinatura do contrato entre o POVT – Programa Operacional de Valorização do Território e a Teramb.-----

O Vereador Artur Lima sublinhou que foi dito que o dinheiro já existia e que teria de haver uma aprovação até 15 de outubro de 2010, para o subsídio vir, que o senhor Secretário Regional do Ambiente tinha ido buscar cem milhões, que anotou nunca terem chegado, deixando a crítica e o alerta ao atual Conselho de Administração da Teramb, ressaltando que era bom que o Governo Regional avançasse nesse sentido, à semelhança do que tem vindo a fazer nas outras ilhas, dando ainda nota que fará essa exigência ao Governo Regional. Concluiu que as informações que lhes foram prestadas eram mentira, apontando que se tivesse corrido tudo bem já deviam estar a instalar a tecnologia, sublinhando os quase dois anos decorridos. Destacou ainda que o mesmo se poderá dizer da oitava célula.-----

O Vereador Fernando Dias pediu esclarecimentos sobre o estudo de viabilidade económico-financeira em curso, dando conta de que este já tinha sido elaborado,

aquando da entrega da candidatura como uma das peças processuais. O Vereador José Élio Ventura confirmou a informação, explicando que o estudo está a ser feito no sentido de ser entregue junto da instituição de crédito, anotando as exigências que existem para além do projeto. O Vereador Fernando Dias indicou que este será então para averiguar a capacidade de auto financiamento da Teramb. O Vereador José Élio Ventura confirmou, acrescentando que têm de provar, junto da banca, a sustentabilidade do projeto, bem como a capacidade de pagamento, que disse advir da receita dos resíduos depositados em aterro e à fatura da energia.-----

O Vereador Fernando Dias questionou quais as perspetivas em relação à candidatura, indagando se existe alguma informação. O Vereador José Élio Ventura deu conta que recentemente, há cerca de um mês, foi entregue mais um conjunto de documentos, solicitados pelo DREPA, indicando ainda que este último iria remeter a candidatura para Lisboa. Realçou a questão da banca, que mostrou disponibilidade para apoiar, mas não confirmou o empréstimo, nem as condições do mesmo, reiterando que esta é uma das condições para que o projeto seja aprovado.-----

O Vereador António Ventura reafirmou que o PSD foi alvo de pressão, e de certo modo de chantagem, na Câmara Municipal, para a aprovação de uma empresa intermunicipal, por via de uma necessidade urgente para uma candidatura a fundos comunitários, constatando que ao fim de quase dois anos se verifica que existe uma diferença de fundo, entre o que foi dito e o que foi realizado. Concluiu que os Vereadores da oposição foram utilizados por via de algo que não se veio a consubstanciar.-----

Documentos de Prestação de Contas **da Câmara Municipal de 2011**

Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano de 2011, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da resolução n.º 4/2001, de 18 de Agosto, os quais se encontram elencados no anexo I e integralmente elaborados, com excepção do número 23 “Subsídios Obtidos” – não aplicável; 24 “Activos de Rendimento Fixo” – não aplicável; 25 “Activos de Rendimento Variável” – não aplicável e 35 “Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais” – não aplicável.-----

Os documentos acima referidos apresentam os seguintes resultados:-----

Fluxos financeiros:-----

- Saldo da gerência anterior – 2.273.883,15 euros (dois milhões duzentos e setenta e três mil oitocentos e oitenta e três euros e quinze cêntimos)-----

- Receitas orçamentais – 19.142.331,59 euros (dezanove milhões cento e quarenta e dois mil trezentos e trinta e um euros e cinquenta e nove cêntimos).-----

-Despesas orçamentais – 18.124.012,44 euros (dezoito milhões cento e vinte e quatro mil doze euros e quarenta e quatro cêntimos).-----

- Saldo para a gerência seguinte – 2.273.883,15 euros (dois milhões duzentos e setenta e três mil oitocentos e oitenta e três euros e quinze cêntimos)-----

Demonstração dos resultados do exercício:-----

- Custos e perdas – 17.205.934,79 euros (dezassete milhões duzentos e cinco mil novecentos e trinta e quatro euros e setenta e nove cêntimos)-----

- Proveitos e ganhos – 19.095.951,47 euros (dezanove milhões e noventa e cinco mil novecentos e cinquenta e um euros e quarenta e sete cêntimos)-----

- Resultado líquido do exercício – 1.890.016,68 euros (um milhão oitocentos e noventa mil dezasseis euros e sessenta e oito cêntimos)-----

Nos termos do ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado resultado do exercício seja aplicado nos seguintes termos:-----

----59 – Resultados transitados – 1.890.016,68 euros (um milhão oitocentos e noventa mil dezasseis euros e sessenta e oito cêntimos)-----

Propõe-se ainda que sejam utilizadas as reservas livres para fazer face ao remanescente de resultados transitados negativos, existentes na conta 59-----

A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista, 3 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e 1 voto contra do Vereador do CDS-PP, aprovou este documento e deliberou submeter o mesmo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

A Presidente começou por dar conta que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo apresenta em 2011 uma prestação de contas muito equilibrada, com saldos positivos muito significativos, ao nível da contabilidade e dos fluxos de tesouraria. Em relação à receita, indicou que a autarquia tem uma taxa de execução na ordem dos 76, 1%,

acrescentando que há uma redução significativa da execução das receitas de capital, associada essencialmente a projetos de alguma envergadura que, pela conjuntura atual do país, tiveram atrasos na sua execução, por dificuldade financeira das empresas construtoras, o que se veio a refletir nos pedidos de pagamentos dos fundos comunitários. No que diz respeito à execução da receita corrente, deu indicação que esta se situa na ordem dos 105,6%, enquanto que a receita de capital se localiza nos 57,5%. Ao apreciar com pormenor as contas, deu nota que se verifica que são as transferências do Estado que representam maior peso na origem da receita, com catorze milhões, trezentos e setenta e um mil, seiscentos e catorze euros. A receita fiscal é bastante mais reduzida, assumindo um peso de dois milhões, quinhentos e quarenta mil, oitocentos e sessenta e sete euros. Indicou ainda que em 2011 o saldo de gerência transitado de 2010 representou um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro euros. As restantes componentes são individualmente menos expressivas, localizando-se abaixo do milhão de euros.-----

A Presidente passou de seguida à despesa, começando por dizer que a execução se situa nos 68,8%, dividida em 88,8% de realização do componente de correntes e 55,5% de capital. Passou a explicar que os motivos supracitados em relação à receita de capital são os mesmos que justificam a ausência de superior execução da despesa de capital, uma vez que não se receberam mais fundos comunitários, por não se terem pago mais encargos com os projetos comparticipados, por menor execução física dos projetos, resultado da já mencionada dificuldade das empresas. Acrescentou ainda que, conforme se verifica, esta é uma situação que resulta em cadeia e que se constata nas diferentes apresentações de componentes das contas. Nos grandes agregados da despesa, deu conta que se constata que o maior peso se localiza nas transferências e subsídios, com seis milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, setecentos e trinta e dois euros, essencialmente para instituições sem fins lucrativos, mas também para as freguesias, apoios a famílias e ainda para os SMAH e Culturangra. Apontou que logo de seguida surgem as despesas com pessoal, com quatro milhões, cento e oitenta e dois mil, duzentos e noventa e seis euros, ressalvando que ainda assim representa uma redução relativamente a 2010. Indicou que os investimentos têm um valor final de três milhões, setenta e nove mil, quinhentos e sessenta e nove euros. Ainda na casa dos dois milhões, deu conta de estarem os serviços com a dívida, associados ao seu aumento, quer ao início da contagem das amortizações, quer em relação ao aumento

das taxas de juro. Em relação à aquisição de bens e serviços, deu conta de um ligeiro acréscimo, inferior a 1%. Concluiu que, ao apreciar organicamente esta prestação de contas, se constata que é o departamento de sustentabilidade e gestão do território que assume maior relevo, com quase nove milhões de euros, não só por ter o maior número de pessoas afetas, mas sobretudo por a quase totalidade do investimento lhe estar diretamente associada. Indicou que se segue a Câmara Municipal, com cinco milhões, quatrocentos e quinze mil e duzentos euros, que disse verificar este ano uma redução muito significativa, menos 1,24 milhões de euros, quase na totalidade, devido à diminuição das transferências para a Culturangra. Reportou-se de seguida às operações financeiras, que disse assumirem pouco mais de dois milhões de euros e as restantes orgânicas localizam-se todas abaixo do milhão de euros. Em relação ao endividamento líquido do município, excetuando o setor empresarial local, apontou que ascende a 21,24 milhões de euros, que depois de abatido o valor referente aos empréstimos excecionais, na ordem dos 13,9 milhões de euros, sobra um endividamento líquido relevante de 7, 33 milhões de euros. Concluiu que, assim, há uma capacidade de endividamento utilizada na ordem dos 85%. Evidenciou ainda que, em termos de liquidez reduzida, o município apresenta um ratio de quase um, ou seja, tem a capacidade de saldar quase a totalidade da sua dívida, a curto prazo. Face aos resultados, das diferentes apreciações que se podem fazer, resumiu que o saldo efetivo anual se situa no milhão, trezentos e sessenta e três mil, cento e vinte e oito euros, já o saldo de gerência encontrado é de dois milhões, duzentos e setenta e três mil, oitocentos e oitenta e três euros, assumindo grande responsabilidade a participação de IRS, recebida no final do ano 2011. Numa apreciação por custos e proveitos de 2011, a Presidente indicou que se encontram os seguintes resultados: custos e perdas no valor de dezassete milhões, duzentos e cinco mil, novecentos e trinta e quatro euros e setenta e nove cêntimos; ganhos e proveitos no valor de dezanove milhões, noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e um euros e quarenta e sete cêntimos; resultado líquido do exercício no valor de um milhão, oitocentos e noventa mil e dezasseis euros e sessenta e oito cêntimos. Para finalizar, a Presidente deu conta que se torna imperativo fazer uma breve apreciação daquelas que foram as grandes opções do plano de 2011. Nesse sentido, indicou que, de uma previsão inicial dezassete milhões, trezentos mil, novecentos e três euros e oito cêntimos, foram executados nove milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, cento e setenta e seis euros e oitenta e dois cêntimos, ou seja, 56, 92%. Das 232 GOP's inicialmente previstas, 165 tiveram o seu arranque em 2011 e das restantes centra-se a responsabilidade, em termos de peso financeiro, maioritariamente

na obra da Escola da Ribeirinha, com um peso de 34% no montante não executado. Indicou ainda que assumem relevo: o 3 Pacote de Estradas, a aquisição de habitações sociais, a estrada de acesso à escola da Ribeirinha, entre outros processos de construção e edificação.-----

O Vereador Fernando Dias realçou a falta do relatório da fiscalização do segundo semestre, renovando o pedido de que este seja entregue, quando estiver disponível. Apontou de seguida uma questão, já referida noutros anos, relativa ao empolamento das receitas de capital, que anotou só ter tido uma execução de 57,52%, o que disse ter feito com que as despesas de capital fossem extremamente reduzidas, bem como o investimento, na ordem dos 34,6%. Recordou que em meados de 2001 ou 2002 tiveram um nível de execução dentro destes valores. Manifestou que estes valores são claramente insuficientes, apontando que aqui se prova que o que foi dito pelos Vereadores do PSD, na altura da discussão deste orçamento, sobre o empolamento das receitas de capital, estava correto. Reiterou que a execução dos investimentos foi muito baixa e que as grandes opções do plano, que englobam parte do investimento, também foi baixa, na ordem dos 56,92%, por via de obras na reabilitação de arruamentos. Deu conta que os Vereadores do PSD não concordam com estes níveis de execução, que considerou que podiam ter sido acautelados, se tivesse havido um cuidado mais prudente na previsão das receitas de capital, tendo em conta o histórico da Câmara nesta matéria. Remeteu-se seguidamente à margem de endividamento, que se situa atualmente nos oitocentos e vinte e sete mil euros, dando conta que esta foi reduzida porque os limites foram reduzidos legalmente. Em termos de passivos, o Vereador Fernando Dias apontou que estes se reduziram ligeiramente. Concluiu que a maior preocupação dos Vereadores do PSD é a redução drástica do investimento. À semelhança do que afirmou em relação às outras prestações de contas, o Vereador Fernando Dias manifestou que não houve muito tempo para fazer uma análise mais ao pormenor do documento.-----

O Vereador Artur Lima começou por perguntar quem é a Fundação Gaspar Frutuoso, reportando-se às páginas 2 e 6 onde esta é referida, na parte do endividamento e outras dívidas a terceiros. O Vereador José Élio Ventura deu conta que esta está ligada à Universidade dos Açores e à investigação. O Vereador Artur Lima deu conta de querer saber que investigação foi levada a cabo, bem como o que foi pago, ressalvando que,

mais uma vez, foi omitida informação neste órgão executivo. O Vereador Artur Lima referiu de seguida a dívida de cerca de trinta mil euros à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA), dando conta de não concordar com esse pagamento, acrescentando que houve uma negociação feita sem o conhecimento da Vereação, concluindo que não concorda com o pagamento sem que haja a devida fundamentação.-----

Sobre a Fundação Gaspar Frutuoso, a Presidente confirmou que esta está ligada à Universidade dos Açores e que os valores em causa estão relacionados com um estudo sobre as térmitas. O Vereador Artur Lima reiterou a nota que não foram informados sobre essa despesa, que disse ser de cerca de duzentos mil euros. O Vereador Artur Lima indicou ainda outras dívidas, nomeadamente, oitocentos mil euros à empresa MENESES & MCFADDEN, noventa mil euros à empresa TECNOVIA e ainda vinte e três mil euros à RODIFREI, que anotou não conhecer. Disse ainda não aceitar que venha na prestação de contas uma dívida à Associação Cultural Angrense, apontando que a dívida é uma instituição de crédito. O Vereador Fernando Dias deu conta que tem vindo todos os anos desta forma, aproveitando a ocasião para indagar junto da Presidente se houve alguma diligência do Tribunal de Contas em relação a este assunto. A Presidente deu conta de não ter conhecimento de desenvolvimentos nesse sentido.-----

O Vereador Artur Lima anotou de seguida que os sintéticos estão todos por pagar, situações que disse reportarem-se aos anos 2001 ou 2002. Fez ainda outra questão sobre um valor da página 13, relativo ao CTSMS/SMAH, artigo 67º.-----

A Presidente esclareceu, em relação à Fundação Gaspar Frutuoso, que se tratou de um contrato ARAAL, com vista ao desenvolvimento de um projeto de combate às térmitas. O Vereador Artur Lima e o Vereador António Ventura apontaram não ter conhecimento deste contrato, reiterando o primeiro os cento e noventa e sete mil euros em causa e solicitando esclarecimentos.-----

A Presidente reafirmou que a Fundação Gaspar Frutuoso está ligada à Universidade dos Açores e que houve um contrato ARAAL realizado entre o Governo Regional e a Câmara, em 2010, no sentido de ser transferida para a Autarquia uma verba de cento e oitenta e cinco mil, duzentos e vinte e sete euros, para que fosse feito um teste da técnica da temperatura no combate às térmitas, acrescentando que, posteriormente, a

Câmara Municipal desenvolveu essa prestação de serviços com a referida Fundação, concluindo que são esses os montantes que aqui aparecem no relatório da prestação de contas. Indicou que estes montantes aparecem na dívida a 1 de janeiro de 2011, mas já não aparecem em dezembro, porque foram saldados os cinquenta por cento iniciais em agosto de 2010 e os restantes cinquenta em maio de 2011. Deu ainda nota de haver outro procedimento, um ajuste direto, realizado para uma campanha de divulgação de combate às térmitas, relatório que disse ter-lhe sido entregue na passada sexta-feira e que será presente à reunião do órgão executivo municipal.-----

O Vereador Artur Lima considerou que essa informação significa que, infelizmente, tiraram as competências à anterior Presidente tarde demais e que constata que a delegação de poderes nunca devia ter acontecido. Concluiu que só agora descobrem determinadas situações que desconheciam e sobre as quais o executivo camarário não foi informado, designadamente que se gastou duzentos mil euros do erário público para um programa de combate às térmitas, que não trouxe nenhum benefício aos munícipes, quando o património de Angra está a cair. Concluiu que é lamentável que isto tenha acontecido, dando ainda nota de até hoje não saberem em que consistiu esse estudo e quais as conclusões do mesmo, nomeadamente se poderia ser aplicado no concelho, realçando o facto de a população de térmitas ter duplicado no último ano no Concelho de Angra. Lamentou que não sejam aplicadas medidas práticas nesta matéria. Recordou ainda terem chamado variadíssimas vezes a atenção do anterior executivo para este problema sério. Reafirmou mais uma vez não estar disponível para branquear as asneiras dos outros e muito menos ser responsabilizado legalmente, afirmando não concordar com isto.-----

O Vereador António Ventura disse não pôr em causa a utilidade do estudo, destacando o facto de este problema das térmitas ser já apelidado de “cismo silencioso”, acrescentando que esse é um dos motivos para o abandono no centro histórico. Apesar disso, denotou que muitas vezes os estudos servem para esconder a inação e a incompetência, bem como o adiar das resoluções. Anotou a surpresa com a existência deste estudo, bem como com a ausência dos seus resultados e ações subsequentes, sublinhando os quase duzentos mil euros investidos neste estudo, com dinheiro dos contribuintes. Lamentou a falta de incorporação deste estudo nas políticas da Câmara,

dando conta de que este facto levanta dúvidas sobre a utilidade deste, uma vez que não se traduziu em ações de combate às térmitas.-----

A Presidente recordou que estes dados advêm de um contrato ARAAL assinado com o Governo Regional, supondo que este estudo será no âmbito de determinada ação do mesmo e que os resultados estejam a ser utilizados pelo próprio Governo Regional e não diretamente pela Câmara Municipal, que tinha uma ação muito mais específica, recordando que as competências transitaram para o Governo Regional. Deu indicação que poderá apurar a situação para a abordar numa próxima reunião camarária.-----

O Vereador Fernando Dias deu conta que este é um assunto recorrente ao longo de todo o mandato, reportando-se a situações anteriores, onde foi feita menção pelo próprio e pela Vereadora Teresa Valadão, realçando o facto de o Governo Regional ter agora essa competência. Deu ainda nota que a legislação é insuficiente, indagando sobre o número de pessoas já utilizaram os incentivos financeiros. Considerou que a Câmara tem de ser muito pró ativa nesta matéria, anotando que tal não tem acontecido. Concluiu que estão a analisar em documentos de execução e que a referida falta de pró atividade se reflete nestes. Referiu o estudo feito em 2009 sobre esta matéria, sem grandes conclusões e as armadilhas que foram distribuídas, apontando que não se fez muito mais. Recordou ainda que chegaram a falar da possibilidade de a Câmara Municipal providenciar instalações frigoríficas em que os munícipes pudessem guardar os móveis, considerando que esta podia ser uma ação pró ativa por parte da Câmara, independentemente das competências serem do Governo ou não. Indicou que o que existe agora é este sistema de incentivos, que manifestou não resolver o problema das pessoas. Realçou que se trata, no fim, da sobrevivência do núcleo da cidade, que a continuar assim vai ficar cada vez mais deserta. Concluiu que o Governo pode ter a sua ação e a Câmara a sua, associada a uma equipa de especialistas. Nesse sentido, em altura de revisões, considerou que era fundamental perceber se será possível fazer alguma coisa nesta matéria ainda este ano, para implementação durante 2013.-----

O Vereador Fernando Dias reiterou a questão sobre o número de pessoas já auxiliadas pelo sistema de incentivos, solicitando à Presidente informação nesse sentido.-----

O Vereador António Ventura questionou se a Presidente já contactou a equipa de investigadores da Universidade dos Açores que fizeram em 2011 um relatório sobre a

infestação de térmitas. Recordou que solicitou um encontro com a referida equipa. A Presidente deu conta que irá agendar esse encontro.-----

O Vereador Artur Lima dirigiu uma questão ao Dr. João Pedro, que entretanto se juntou à reunião, sobre os supracitados vinte e nove mil euros de dívida à AMRAA. O Dr. João Pedro indicou que chegou a fatura e que está a ser conferida para que se possa pagar. Deu ainda conta que se poderá pedir uma nota de crédito à [AMRAA](#), se houver esse entendimento, para anular essa dívida. A Presidente afirmou que o compromisso de se pagar ou não é deliberado em reunião de Câmara. O Vereador Fernando Dias confirmou que estes cerca de trinta mil euros fazem parte da revisão do orçamento. O Dr. João Pedro confirmou, dando conta que em relação à prestação de contas o facto é que a fatura deu entrada. O Vereador Artur Lima constatou que a fatura chegou, porque alguém a mandou, reiterando ainda que quem disse para a mandar foi a anterior Presidente da Câmara Municipal, que representava a Câmara na AMRAA, frisando ainda que esta omitiu o que se estava a passar. Manifestou mais uma vez que não concorda com o pagamento deste valor. Anotou de seguida a dúvida sobre o aumento de capital da AMRAA e a questão da alteração de estatutos, uma questão de âmbito jurídico. Nesse sentido, deu conta que seria uma boa ideia trazer a Diretora do Departamento Jurídico à reunião de Câmara para prestar esclarecimentos destas questões. A Presidente deu conta que terá uma reunião com a AMRAA e que nessa altura vai solicitar informação exata sobre o valor em dívida. O Vereador Artur Lima retorquiu que essa questão está mais ou menos esclarecida, que se trata de um aumento de capital, para pagar uma dívida bancária. A Presidente concordou, dando nota que se trata de uma quotização extraordinária para aumentar o capital social, para saldar a dívida de uma conta caucionada, de um empréstimo que anotou ter sido feito pelo anterior Conselho de Administração.-----

O Vereador Fernando Dias recordou que existiam quotas em atraso. A Presidente respondeu que estas já foram pagas.-----

Ainda sobre a análise desta prestação de contas, o Vereador Artur Lima apontou que tiveram razão antes do tempo, acrescentando que fica mais uma vez provada a negligência do anterior executivo, que disse não ter aceite as sugestões que foram feitas. Referiu-se de seguida à Escola da Ribeirinha e à taxa de execução de 22%, bem

como à ausência da Escola de Santa Bárbara. Indicou ainda a taxa de execução do pavilhão desportivo do Posto Santo, de 7% relativamente à construção, mesmo não tendo projeto. Indicou ainda a taxa de execução do Plano Integrado de Recuperação e Animação da Baía de Angra, de 0%, bem como a do Plano de Pormenor e Salvaguarda, de 54%. Referiu de seguida que o estudo da Urbanização da Zona Nascente e Plano de Urbanização continuam sucessivamente a ser adiados para anos posteriores. Ainda sobre taxas de execução nulas reportou-se ao projeto de estudo do arranjo arquitetónico das colinas existentes na zona classificada, que tinha quinze mil euros inscritos. Destacou de seguida os 57% de execução do saneamento, com quatrocentos e vinte e três mil euros previstos. Sobre o pavilhão da Escola das Doze Ribeiras, das verbas inscritas em 2011, denotou nada foi executado, bem como em relação à manutenção dos relvados sintéticos. Referiu ainda a reabilitação dos arruamentos – pacote 3, com oitocentos mil euros inscritos e uma taxa de execução de 44%. No que diz respeito à reabilitação da zona classificada, estradas e passeios, com cento e setenta e três mil euros inscritos e treze mil gastos, taxa de execução de 7%. Referiu outros exemplos de execuções baixas ou nulas, afirmando que tem de haver uma responsabilização grande do anterior executivo, por ter projetado um orçamento irrealista e não concretizável. Afirmou que estas questões têm de ser tornadas públicas pela Câmara, para que se demarque desta situação.-----

O Vereador António Ventura indicou ser esta a razão pela qual votaram contra o Plano e Orçamento de 2012, que disse ter sido elaborado pela anterior equipa do executivo. Em relação a este, apontou ainda que tinham verificado que os compromissos assumidos com os angrenses e também com o PSD não foram executados. Deu conta que da análise desta prestação de contas se verifica o empolamento da receita de investimento, bem como um conjunto de ações que foram anunciadas e publicitadas para 2011, que levaram à aprovação do plano e orçamento para 2011, que não foram executadas, na sua maioria. Lamentou que tal tenha acontecido, considerando que houve tolerância em relação a 2010 e 2011, mas que não pode continuar a não haver consequências em relação à quebra dos compromissos assumidos pelo PS, destacando a taxa de execução do investimento, de 34,6%, que disse ser das mais baixas dos últimos anos.---

O Vereador Fernando Dias destacou a diferença entre a questão formal da aprovação das contas e a censura política em relação à execução de 2011.-----

O Vereador Artur Lima manifestou que deveria ser feito um comunicado, a assumir os factos, a ser divulgado publicamente pela Autarquia. Deu conta de não “poder” com o anterior executivo e com as suas qualidades pessoais e políticas, considerando ainda que fizeram um péssimo trabalho à frente dos destinos da autarquia e tiveram um péssimo relacionamento com a oposição, chegando ao ponto de colocarem processos em Tribunal. Reiterou que terá de haver um comunicado por parte da Câmara Municipal sobre o assunto, caso contrário disse votar contra, com total convicção.-----

A Presidente ressaltou que, independentemente da execução, o documento de prestação de contas em causa é muito técnico, ressaltando que o que estão a discutir é se o que neste está transcrito corresponde à situação real da Câmara, independentemente de este gerar apreciações ao nível da capacidade de execução e ao que estava previsto inicialmente.-----

O Vereador Fernando Dias concordou que é um documento técnico, acrescentando que o mesmo tem uma componente política.-----

O Vereador Artur Lima deu conta de ser um documento técnico que resulta de opções políticas, realçando não contestar a sua natureza técnica, concluindo que se trata do julgamento político de um ano e da atuação do anterior executivo. Deu ainda nota de não ter tido tempo suficiente para ir ao pormenor do documento, recordando ter votado contra o Plano e Orçamento de 2011. Disse ainda que ia apresentar uma declaração de voto que o ilibe de eventuais penalizações.-----

O Vereador Fernando Dias questionou quais as implicações de este documento não ser aprovado, independentemente da declaração de voto política, indagando se há sanção pelo Tribunal de Contas. O Dr. João Pedro deu conta que a questão que se coloca é saber as razões porque não é aprovado, se por questões de incongruência técnica ou se por questões políticas.-----

O Vereador Artur Lima deu conta que a aprovação do documento é em relação à substância.-----

A Presidente anotou novamente a questão da aprovação dos resultados técnicos, sublinhando o facto de estes serem atestados pelo ROC.-----

O Vereador António Ventura considerou importante a situação levantada pelo Vereador Artur Lima, da condenação política do anterior executivo.-----

O Vereador Fernando Dias ressaltou que a votação não implica concordância com as opções políticas tomadas.-----

Inventário do património do Município - 2011

Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais desta Câmara Municipal referente ao ano de 2011, cujo total é de € 96.890.060,06 (noventa e seis milhões oitocentos e noventa mil e sessenta euros e seis cêntimos). – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, aprovou este documento e deliberou submeter o mesmo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

Consolidação de Contas

Consolidação de contas do Grupo Municipal de Angra do Heroísmo, composto pelo Município de Angra do Heroísmo, que compreende a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados, e pela Culturangra, EEM, para aprovação do órgão executivo municipal e posterior submissão à Assembleia Municipal para apreciação e votação, em cumprimento do disposto no artigo 46º da Lei das Finanças Locais e nos termos do artigo 64º, nº2, alínea e) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este documento e deliberou submeter o mesmo à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), n.º 2, artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

A Presidente fez o enquadramento da consolidação de contas, que não motivou questões.-----

1.ª Revisão ao Orçamento **e Grandes Opções do Plano de 2012**

Ent. 508 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 11 de abril corrente, para deliberação do órgão executivo, no sentido de submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012, nos termos do ponto 8.3 do POCAL (DL nº 54 – A/ 99 de 22 de Fevereiro), e em conformidade com o disposto na alínea a), do n.º 6 do artigo 64.º e a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A / 2002 de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e 3 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata, aprovou este documento e deliberou submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

A Presidente deu conta que, face ao saldo de gerência apresentado, há necessidade de se proceder à 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012 (GOP's), com vista à introdução do referido saldo. A Presidente começou por se referir aos encargos com saúde, explicando que esse aumento tem a ver com a questão de retenção de onze mil euros do fundo, havendo por isso a necessidade de reforçar esta rubrica. Reportou-se de seguida aos encargos com instalações, indicando que há um custo mensal de despesas com a EDA, que se situa em cerca de vinte e um mil euros, anotando que houve uma subida para vinte e nove mil euros mês, havendo por isso a necessidade de reforçar esta rubrica. Informou que irá marcar uma reunião com a EDA, no sentido de perceber o que se está a passar, entre outras situações a nível municipal. Indicou posteriormente os encargos de cobrança de receitas, esclarecendo que há um aumento, porque aparentemente têm de se pagar para poderem receber os impostos, daí o reforço desta verba. Relativamente às instituições sem fins lucrativos, deu conta que o montante está relacionado com diversos acordos e apoios previstos. Em termos de impostos e taxas, recordou as alterações feitas, que foram reportadas em reunião de

Câmara, para que fosse possível avançar com os procedimentos. Sobre as horas extraordinárias, lembrou terem debatido o assunto na última reunião da Câmara, havendo agora um reforço, porque se tinha reduzido demais no cálculo do orçamento inicial, acrescentando que a situação do Subsídio de Férias e de Natal é idêntica. No que concerne aos produtos químicos e farmacêuticos, deu conta que o reforço está relacionado com o funcionamento do Canil Municipal, bem como os outros bens, que disse serem alimentos. Disse, ainda, que os outros serviços e outros bens vêm repor a alteração. Em termos de artigos e objetos de valor, a Presidente deu conta que essa dotação está relacionada com o compromisso com a Assembleia Municipal, reforçado por várias pessoas, que se prende com a necessidade dos estandartes e das bandeiras, concluindo que há um custo acrescido com estes. Apontou de seguida a reposição de verbas que tinham sido alteradas, para depois serem repostas em termos de Orçamento Municipal. Relativamente às despesas correntes com a Culturanga, recordou a referência feita anteriormente, associada ao resultado líquido e à transferência, reportada pelo ROC, desse montante na íntegra, de cerca de oitocentos mil euros, que dizem respeito ao resultado do exercício, mais o custo com obras no campo sintético e a iluminação de Natal, que já foram pagos, mas que têm de ser cobertos pela Câmara Municipal, conforme indicação do ROC. Indicou, de seguida, a verba para a construção do Centro Interpretativo, de sessenta mil euros, com uma primeira fase de elaboração de projetos. Referiu, ainda, o reforço de verbas para a Tertúlia Tauromáquica Terceirense e a aquisição de equipamento pré-fabricado de apoio ao Relvão, explicando que esta última está relacionada com a dotação deste espaço de instalações sanitárias de apoio, por via da utilização por crianças e por pessoas com mobilidade reduzida. A Presidente deu de seguida conta da necessidade do reforço da verba prevista para sobras de estrada, identificadas pelas Juntas de Freguesia. Reportou-se de seguida ao apoio ao funcionamento das Juntas de Freguesia, que deu conta de ser uma proposta da própria, passando a explicar que várias Juntas de Freguesia têm vindo a manifestar diferentes dificuldades, justificando que este seria um apoio para as ajudar a fazer face às despesas que têm. Por fim, referiu a extinção das licenças de transportes de táxis no Concelho.-----

A Presidente referiu-se ainda à transferência para os SMAH de cem mil euros, que disse estar relacionada com o avanço dos projetos de saneamento, que recordou terem sido discutidos aquando do orçamento, relacionados com os projetos das ETAR, anotando a necessidade de se avançar com os procedimentos, acrescentando ainda que esta

transferência tem a ver com o abastecimento de água e a necessidade do reforço deste, nomeadamente em Santa Luzia.-----

O Vereador Fernando Dias deu conta que os Vereadores do PSD têm muitas dúvidas sobre as alterações propostas, algumas das quais disse que a Presidente esclareceu na sua intervenção. Deu conta de considerarem que estas alterações deviam ser acompanhadas de uma explicação mínima escrita, sobre cada uma das rubricas contempladas, o que anotou que seria uma economia de tempo. A Presidente concordou. O Vereador Fernando Dias apontou ainda espanto em relação ao valor de uma revisão que é de 2,2 milhões de euros e que grande parte são despesas correntes e apenas uma pequena parcela são despesas de capital. Deu conta de não estar de acordo com determinadas situações, designadamente com o aumento de capital da AMRAA. Acrescentou, ainda, as despesas com pessoal, em que serão aumentados os Subsídios de Natal e de Férias, sabendo-se que um deles foi cortado. Considerou que destas alterações se conclui que o orçamento inicial não estava totalmente correto, chamando a atenção para a necessidade de estas despesas com pessoal estarem bem calculadas, para que não haja alterações ao longo do ano e se houver que sejam para diminuir a rubrica. Disse compreender a necessidade de aumento da dotação dos encargos com saúde, no que diz respeito às despesas com pessoal. O Vereador Fernando Dias apontou de seguida uma outra questão, que disse não estar contemplada nesta revisão, que foi previamente discutida noutra reunião, numa altura em que a Presidente teve de se ausentar da mesma, relativa ao aumento de dotação dos apoios aos clubes. Recordou que quando houve a aprovação dos apoios às coletividades esta questão ficou “no ar”, dando conta de haver alguma expectativa por parte dos clubes desportivos. Apesar do que disse inicialmente, ressaltou que esta alteração agravaria a despesa corrente, sustentando que houve um defraudar das expectativas dos clubes com a entrada no novo regulamento, nomeadamente com a restrição dos 75%, que disse ter a ver com as promessas feitas pelo anterior executivo, que prometeu que não haveria redução dos subsídios, dando conta que os clubes com maior atividade fora da Ilha Terceira foram fortemente penalizados. Reportou-se de seguida ao compromisso das ETAR de São Mateus e São Sebastião, dando conta que estão previstos dez mil euros para estudos e noventa mil para um projeto. Nesse sentido recordou que aprovaram o Plano de Investimentos dos SMAH para 2012 com base nesta realidade e que haveria

um empenho nesta matéria. Concluiu que, de momento, não vê condições para aprovação do documento.-----

A Presidente deu conta que a questão da explicação das rubricas será acautelada noutras situações. Em relação aos custos com Subsídios de Férias e Natal, a Presidente reafirmou que houve inicialmente um cálculo errado, no pressuposto que estes seriam todos cortados, mas o que se verificou foi uma divisão, de acordo com os rendimentos. Concluiu que esta revisão está plasmada no sentido de integrar os valores daqueles que terão direito a receber os subsídios. No que diz respeito aos clubes desportivos, a Presidente deu conta que houve uma conversa com estes, particularmente com aqueles que sofriam um decréscimo na sua comparticipação, que indicou não serem muitos, sublinhando que a maior parte dos clubes viu o seu apoio aumentar. Concluiu que são os clubes maiores que vêem o seu apoio diminuir. Referiu de seguida a questão dos 75%, abaixo da qual, no primeiro ano, nunca seria reduzida. Recordou de seguida que está ainda em falta a segunda fase de avaliação.-----

O Vereador José Élio Ventura chamou a atenção para que o reforço, em mais dotação, para o apoio aos clubes não resolve o problema de alguns clubes, recordando o que o regulamento prevê nesta matéria. Sustentou, portanto, que devem procurar algum equilíbrio no ano económico de 2012.-----

Relativamente à alteração orçamental, o Vereador José Élio Ventura apontou a afetação dos cem mil euros da Câmara Municipal aos SMAH, chamando a atenção que os SMAH estão a construir uma conduta entre os furos de Santana Norte e o furo de São Sebastião, no caminho da Barraca, no sentido de os potencializar, nomeadamente no abastecimento às freguesias de São Sebastião, Fonte do Bastardo, Cabo da Praia e Porto Martins, sublinhando que esta intervenção não estava prevista. Recordou os níveis pluviométricos que se verificaram no inverno, concluindo que esta é uma precaução para o verão. Indicou que ao nível dos equipamentos essa obra tem um encargo de cerca de trinta mil euros. Indicou que a obra está a ser feita com os recursos dos SMAH, sendo um encargo que não estava previsto.-----

O Vereador José Élio Ventura reportou-se de seguida à questão ETAR e outros investimentos e à afetação de cem mil euros aos SMAH, pela Câmara Municipal, indicando que serão afetos noventa mil euros a uma determinada ação e dez mil para os

estudos das ETAR de São Mateus e São Sebastião. Relativamente à aplicação desses noventa mil euros na remodelação da rede de água das Cinco Ribeiras, o Vereador José Élio Ventura disse que a Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos vai fazer uma intervenção profunda na estrada entre Santa Bárbara e Cinco Ribeiras, com substituição da caixa de estrada e pavimentação. Nesse sentido deu conta que os SMAH entenderam proceder à substituição da conduta, em cerca de mil e oitocentos metros, sendo que a intervenção na estrada será em cerca de cinco mil e quinhentos metros. Indicou ainda que esta primeira conduta referida, de mil e oitocentos metros, tem mais de trinta anos, havendo necessidade de substituir bem como os ramais, acrescentando que esta tem um diâmetro de sessenta e três centímetros e que não satisfaz as necessidades da população que ali reside, concluindo por isso a pertinência de se aproveitar a intervenção da supracitada secretaria regional. Explicou que o plano será primeiro fazer uma empreitada para a abertura da vala e proceder seguidamente à aquisição dos equipamentos necessários à substituição das condutas e dos ramais em causa, assim indicou que se estima que a empreitada possa vir a custar cerca de oitenta mil euros e para o equipamento necessário para o investimento entre dez e quinze mil euros, estando de momento a apontar para treze mil euros. Nesse sentido, tendo em conta a dotação, disse que a obra será feita por administração direta, indicando haver por isso o esforço da Câmara Municipal, que disponibiliza a verba. Sobre os compromissos com as ETAR, o Vereador José Élio Ventura sustentou que ficam um pouco prejudicados, ressaltando que os noventa mil euros inscritos não eram suficientes. Considerou pertinente que se avalie e possa apresentar-se um projeto para a ETAR de São Sebastião. Em relação à de São Mateus, apontou que poderá ser encontrada uma solução que ajude a resolver o problema a vários níveis, quer através da construção de fossas sépticas, quer na construção de estações elevatórias. Ressalvou que este processo não está amadurecido, uma vez que não foram contabilizados os custos, estimando-se que possam custar cerca de duzentos mil euros. Considerou que numa próxima revisão, que poderia acontecer durante este ano, esta questão das ETAR teria de ser amadurecida. Apontou de seguida que ainda existe uma verba em termos de saneamento, no âmbito do Proconvergência, de cerca de quinhentos mil euros, que conjugada com outra dotação, uma vez que a comparticipação a fundo perdido é de 85%, poderá ser equacionada outra solução para os dois sistemas. Considerou que, face ao que é necessário fazer nas Cinco Ribeiras, é muito pertinente que haja esta dotação para que seja feita essa intervenção, que considerou ser prioritária.-----

O Vereador Fernando Dias, relativamente aos clubes, concordou que a dotação do apoio aos clubes não teria grandes alterações no aumento do apoio destes. Sustentou que a possibilidade que poderia surtir os efeitos desejados era a alteração do regulamento para este ano, aumentando os 75% de limite para 90 ou 95%. Concluiu que esta seria uma forma de ajudar os clubes a perceber que o regulamento foi alterado e que para o ano as coisas serão diferentes. No que diz respeito às transferências para os SMAH, deu conta que o Vereador José Élio Ventura referiu-se a cem mil euros, considerando que nesta altura terão de ser definidas as prioridades. Referiu-se também aos apoios de capital de cerca de oitenta mil euros para apoio a entidades sem fins lucrativos e a construção do Centro Interpretativo e elaboração do projeto. Nesse sentido sublinhou a importância de se explicar aos angrenses quais as opções tomadas e as que, conseqüentemente, ficaram para trás. Em relação às ETAR, o Vereador Fernando Dias questionou o que poderá ser feito com os dez mil euros, o que disse ser manifestamente insuficiente, recordando que este assunto é recorrente há dois anos, e anotando que tal não é culpa do atual executivo, mas que ao mesmo tempo esta continua a não ser uma ação prioritária.-----

O Vereador António Ventura recordou que em 2011 o PSD aprovou o Plano e Orçamento dos SMAH e da Câmara Municipal com base em três ou quatro compromissos, sendo que as ETAR eram um destes. Recordou, ainda, que em relação a 2012 o Plano e Orçamento não contaram com a sua aprovação, mas não o foi por ter ficado estipulado que essa questão seria revista. Constatou que agora, na altura da revisão, ficam apenas previstos dez mil euros para a realização de um estudo. Nesse sentido, manifestou que o PSD não ia aprovar a revisão.-----

O Vereador Artur Lima ausentou-se definitivamente da reunião, pelo que, a partir deste ponto o número de membros a votar são seis e não sete.-----

A Presidente recordou a questão dos fundos comunitários para a construção das ETAR, sublinhando que primeiro terá de ser feito um estudo. O Vereador António Ventura reiterou que este assunto é antigo e que esse estudo já devia estar feito, afirmando que as condições de governabilidade da Câmara Municipal estão em causa. A Presidente questionou o que os Vereadores do PSD consideram que deveria ser melhorado nesta primeira revisão ao orçamento. O Vereador António Ventura respondeu que se trata de

cumprir o compromisso em relação às ETAR, bem como a questão do não aumento do capital da AMRAA. A Presidente manifestou que a questão da AMRAA será mais ou menos pacífica, uma vez que o assunto deveria ter vindo a reunião, para ser sujeito à reunião da Assembleia Municipal. Nesse sentido, e atendendo a que este ponto levanta algumas dúvidas, considerou que esta verba poderá ser retirada, para ser posteriormente reavaliada.-----

O Vereador Fernando Dias anotou que juntando a esses trinta mil aos dez mil das ETAR somam-se quarenta mil. O Vereador José Élio Ventura deu conta que é complicado fazer essas contas assim, antes de serem realizados os estudos e os respetivos projetos. Deu conta que existe uma estimativa para as intervenções em São Sebastião e São Mateus, de cerca de quatrocentos mil euros. Reiterou que são valores difíceis de estimar, estando previstos para São Sebastião cerca de duzentos e trinta mil euros e para São Mateus cerca de cento e quarenta mil euros. Em relação aos dez mil euros previstos para esta rubrica, o Vereador José Élio Ventura colocou a hipótese que seja feita outra revisão, reiterando que este projeto só se pode viabilizar com fundos comunitários. O Vereador Fernando Dias deu conta dos dez mil euros estarem previstos para a escolha das melhores soluções tecnológicas. O Vereador José Élio Ventura confirmou que estas são essenciais, para que seja feito o projeto posteriormente. Recordou que para São Sebastião se equaciona a possibilidade de construir uma ETAR compacta, uma possibilidade que disse que tem de ser ponderada do ponto de vista dos encargos financeiros, designadamente em termos de energia. Acrescentou que não se pode continuar a deitar o afluente para o mar, recordando o compromisso assumido pelo próprio, na reunião pública de São Sebastião, de que será feita uma intervenção, que disse não ter a ver com esta dotação, para melhorar alguns aspetos. Em relação a São Mateus, deu conta que o que se estima nesta fase seria a construção de três estações elevatórias e de quatro fossas sépticas. Reafirmou que com o cenário dos fundos comunitários, ressaltando a necessidade de assegurar uma empreitada mínima de quatrocentos mil euros. O Vereador Fernando Dias supôs que antes dos procedimentos processuais terá de haver um projeto. O Vereador José Élio Ventura assentiu. O Vereador António Ventura acrescentou que tinha sido isso que tinha ficado estabelecido em 2011, recordando o compromisso político. A Presidente ressaltou que os trinta mil euros que transitem da verba da AMRAA para os projetos das ETAR não são suficientes para resolver a situação. O Vereador Fernando Dias anotou que a solução é finalizar o

projeto, para dar início aos procedimentos dos concursos. O Vereador José Élio Ventura retorquiu que tal obriga sempre a uma revisão futura, uma vez que não pode lançar um procedimento a concurso sem assegurar a verba dos anos futuros, dando conta de que este é um compromisso que está a lançar sobre a mesa. O Vereador Fernando Dias considerou que com estes dez mil euros não será possível fazer nada, nem sequer escolher as soluções tecnológicas. O Vereador António Ventura reportou-se novamente ao ano 2011 e aos compromissos que foram assumidos, posteriormente pelo atual executivo, questionando o que têm feito até agora. A Presidente deu conta que têm sido desenvolvidos trabalhos, anotando que este processo das ETAR ainda está em desenvolvimento. Anotou que os dez mil euros inseridos nesta rubrica significa que existe uma abertura para avançar com este projeto, pese embora haja necessidade de definir prioridades, que considerou ser, de momento, a questão da estrada Cinco Ribeiras/Santa Bárbara, que significa a poupança de recursos. Concluiu que em relação às ETAR estão a ser equacionadas soluções, nomeadamente em relação à de São Mateus, possivelmente mais económicas. Reiterou que ninguém disse que nada será feito, ressaltando que estão a tentar encontrar a melhor solução. O Vereador Fernando Dias indagou se em oito meses, que faltam para o final do ano, será possível fazer o projeto para começar com os procedimentos dos concursos-----

O Vereador António Ventura recordou que está lavrado em várias atas que não está comprometido o abastecimento de água à população, mesmo em situações extremas. Nesse sentido disse não perceber o investimento ao nível do abastecimento, em detrimento das ETAR. Disse, ainda, não poder aceitar os dez mil euros, ressaltando que o mandato desta Câmara teve início em 2009 e terem havido compromissos entre as partes, anotando que o executivo continua a ser do PS, considerando que este compromisso está aqui em causa, dando conta que não vão aceitar esta revisão com estes dez mil euros nesta rubrica.-----

A Presidente pediu ao Vereador António Ventura que tenha em atenção o esforço que está a ser feito, dando conta do intuito de reunir um consenso. O Vereador António Ventura retorquiu que há dois anos estão a ceder nesta questão. A Presidente colocou a hipótese de os trinta mil euros da AMRAA serem transferidos para a rubrica das ETAR, juntando-se aos dez mil euros, perfazendo um total de quarenta mil euros, indagando se este cenário já reúne entendimento. O Vereador António Ventura questionou para fazer o quê com essa verba. O Vereador José Élio Ventura respondeu para desencadear o

processo, dando conta de não saber ainda responder com exatidão sobre o custo do projeto, acrescentando ainda nem sequer saber se será um projeto único, daí que seja necessário analisar esta situação, por forma a encontrar a melhor solução do ponto de vista tecnológico, dos custos, da energia e da manutenção. Concluiu que há disponibilidade do executivo para dotar uma verba com vista a intervir nestas duas freguesias, recordando a comparticipação com fundos do Proconvergência, relativamente aos quais ainda existe uma verba disponível. Reiterou que em futuras revisões, quando o projeto for lançado a concurso, terão de dotar esta verba para anos futuros.-----

O Vereador António Ventura manifestou que a posição do Vereador José Élio Ventura é uma atitude séria e coerente, no sentido de estudar e analisar esta questão. Indicou que por parte do PSD a questão é que todo este processo tem uma história antiga, em termos de governabilidade da Câmara, e que já devia ter sido resolvida, concluindo que chegaram a um ponto de saturação. Disse estar à espera que o executivo apresente um compromisso flexível, em que se faça mais do que o estudo. O Vereador José Élio Ventura respondeu que o compromisso é uma revisão futura. O Vereador Fernando Dias questionou se é possível até meados de novembro ou dezembro terem um projeto elaborado, supondo que este não custe mais do que a obra. O Vereador José Élio Ventura respondeu que de momento ainda não tem informação do que será necessário, até que se apure qual será a solução. Deu ainda conta que em oito meses será possível escolher uma solução técnica, acrescentando que, tendo em conta as dotações orçamentais, será difícil iniciar a obra. Concluiu que esta rubrica aberta é o primeiro passo da ação a desenvolver.-----

A Presidente assinalou que estão a tirar trinta mil euros do Orçamento da Câmara e a entregá-los ao Orçamento dos SMAH. Considerou de seguida que não haverá problema nenhum se chegarem à conclusão que esta verba resolve esta situação. Indagou se estes trinta mil euros fazem a diferença, uma vez que de momento estão a tentar perceber qual é a solução e o valor de que esta rubrica vai necessitar.-----

O Vereador Fernando Dias indicou que, independentemente do valor da rubrica, o que querem é que seja feito o projeto. A Presidente indicou que estes dez mil euros significam que querem assegurar a execução. O Vereador José Élio Ventura deu nota

que a compra de uma ETAR compacta pode não passar pela elaboração de um projeto, reiterando que esta solução está em análise. Recordou que a construção da ETAR de São Sebastião obriga à instalação de um Posto de Transformação. Em São Mateus ressaltou que há uma parte que não carece de projeto, conforme fez referência anteriormente. A Presidente acrescentou que poderá haver a necessidade de reforçar a rubrica. Sugeriu que a verba de trinta mil euros fique cativa no orçamento da Câmara até junho, altura em que possa apurar a necessidade de verbas extra por parte dos SMAH, ficando esta inscrita no Orçamento desta forma.-----

O Vereador Fernando Dias acrescentou a necessidade de ser afirmado o compromisso de que, se houver necessidade, o projeto esteja feito no final do ano, para que no ano que seguinte se inicie a obra. A Presidente deu conta de haver total disponibilidade nesse sentido.-----

O Vereador António Gomes destacou que fica claro que não há, por parte do executivo, qualquer espírito contra o processo das ETAR. O Vereador Fernando Dias deu conta de esperar que não haja enganos desta vez. O Vereador António Ventura anotou que esta situação gerou polémica na altura da discussão e votação do Orçamento de 2012, altura em que iam reprová-lo, tendo havido um recuo na votação por via desta questão e deste compromisso, manifestando que, por via deste, já deveria ter sido apresentada uma solução mais viável do que o estudo, decorridos três meses.-----

A Presidente concluiu a alteração da verba da AMRAA, que passará a uma afetação aos SMAH, ficando dependente a sua transferência da eventual necessidade. Indicou que a dotação da AMRAA fica com cinco euros, para que a rubrica permaneça aberta.-----

Os Vereadores e a Presidente discutiram a possibilidade de fazer contemplar esta alteração, dos trinta mil euros, nesta primeira revisão do Orçamento dos SMAH, chegando à conclusão que não há tempo útil para o fazer agora, mas sim numa revisão futura, em Junho.-----

O Vereador José Élio Ventura deu conta que a aprovação da revisão do Plano e Orçamento dos SMAH é determinante que seja aprovada agora, para que se avance com a intervenção nas Cinco Ribeiras e na Santa Bárbara. Concluiu que o esforço existe

por parte da Câmara e por parte dos SMAH, anotando que tentaram corresponder àquelas que foram as questões levantadas.-----

O Vereador Fernando Dias apontou que devia ter sido feita anteriormente uma reunião para discutirem a melhor forma de resolver esta questão.-----

A Presidente deu conta que vai manter a proposta, ressaltando que a chamada de atenção do Vereador José Élio Ventura não é no sentido de exercer qualquer pressão, mas sim de elucidar para a urgência temporal que se impõe na referida intervenção.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se mantêm o compromisso de no final do ano haver uma solução, com ou sem projeto, para a questão das ETAR. O Vereador José Élio Ventura deu indicação que o compromisso existe de forma clara, dando conta que vão intervir e encontrar as melhores soluções, chamando novamente a atenção para o facto de só poderem intervir com verbas do Proconvergência, que obriga a uma dotação de investimento mínima de quatrocentos mil euros. Garantiu que serão feitas, até ao final do ano, intervenções nas duas freguesias e que a dimensão destas será debatida com os Vereadores da oposição.-----

A Vereadora Teresa Valadão deu conta que estas questões podem parecer uma intransigência, mas não são, recordando que foi feita uma reunião de trabalho exclusivamente sobre este ponto para que fosse estabelecido um compromisso posterior, para que alguma coisa fosse feita.-----

O Vereador António Ventura ressaltou que em 2011 não havia orçamento se não fosse pelo compromisso em relação às ETAR, anotando que o Vereador do CDS-PP votou contra. Concluiu que consideram que este compromisso foi minimizado, tendo em conta o tempo decorrido. Indagou ainda quando é que será possível concluir esse estudo prévio da intervenção. Ficou assente estabelecer a data da entrega para o final de junho.-----

Sobre a revisão do orçamento dos SMAH, e pelo facto do valor que lá está, o Vereador Fernando Dias deu conta que votarão contra até que a situação esteja resolvida, em junho. Apontou ainda que se vão abster na revisão ao Orçamento da Câmara.-----

**1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento e Orçamento para 2012 dos
Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo**

Ent. 2078 – Ofício n.º 795 de 3 de Abril de 2012, dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo remetendo a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimento e Orçamento para 2012, que aqui se dá por integralmente reproduzida, pela qual se propõe a inscrição de dois novos projetos, financiados através da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo:-----

- Estudo Prévio das Intervenções nos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais nas Freguesias de São Sebastião e São Mateus - € 10 000, com o objetivo de definir as melhores soluções tecnológicas, ponderando-se custos e benefícios;----
- Remodelação da Rede de Água nas Cinco Ribeiras - € 90 000, na sequência da empreitada de remodelação dos pavimentos da Estrada E.R. N.º 1-1, no troço entre a Cruz – freguesia de Cinco Ribeiras e as Nove – freguesia de Santa Bárbara, levada a cabo pela Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, que brevemente será iniciada. Nesse troço é necessário que estes Serviços Municipalizados procedam à substituição das condutas atualmente existentes, por não possuírem diâmetro suficiente para as necessidades futuras e apresentarem desgaste de material.-----

Propõe-se ainda uma alteração ao investimento relativo à execução e remodelação das redes de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, no troço compreendido entre a Ladeira Branca a as Figueiras Pretas, em virtude da verba inscrita no orçamento inicial (€ 1 000 000) se revelar insuficiente, necessitando de ser reforçada em € 200 000. Esta proposta não implica qualquer alteração ao orçamento do corrente ano, uma vez que o reforço só terá efeitos em 2013. - **Verificando-se um empate, a Presidente da Câmara exerceu o voto de qualidade, tendo resultado na seguinte votação: 3 votos a favor da Presidente da Câmara e dos Vereadores do PS e 3 votos contra dos Vereadores do PSD. Assim, este documento foi aprovado e deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

O Vereador José Élio Ventura acrescentou, ao que já foi dito, que estava previsto no Orçamento uma dotação para intervenção e execução da remodelação das redes da Ladeira Branca e Figueiras Pretas de cerca de oitocentos mil euros. Indicou que o investimento e a empreitada desencadeada nas Figueiras Pretas fez assumir o compromisso de cerca de cento e trinta e quatro mil euros, que disse saírem dessa dotação dos trezentos e oitenta mil euros. Explicou de seguida que os SMAH estão a preparar a documentação necessária para o lançamento da empreitada da remodelação das redes de abastecimento e drenagem de águas no Chafariz Velho, Ladeira Branca, incluindo a repavimentação e a sinalização rodoviária. Deu nota que o lançamento desta empreitada obriga a uma dotação, em termos de orçamento global, de cerca de um milhão de euros. Acrescentou que esta verba está assegurada pelo Proconvergência, ou seja, a ação acaba por ficar dotada em cerca de um milhão e duzentos mil euros, existindo a verba de aproximadamente um milhão de euros em termos de Proconvergência, o que significa que para lançar o concurso, até ao final do ano, para esta empreitada é necessário uma dotação, em anos futuros, neste caso em 2013, de mais duzentos mil euros. Concluiu que é esta a alteração orçamental proposta.-----

O Vereador Fernando Dias deu indicação que vão votar contra, não por via da alteração supracitada, mas por causa do estudo prévio das intervenções das ETAR de São Sebastião e São Mateus, pelas razões que referiram no ponto anterior.-----

**Regulamento do Exercício da Atividade de Transporte Público de Aluguer
em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros**

Ent. 498 - Proposta de Regulamento do Exercício da Atividade de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros para deliberação do órgão Executivo, com vista à aprovação do mesmo regulamento por parte do órgão deliberativo, respetivamente nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **Este assunto foi retirado, devendo ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal, de modo a ser presente à sessão de Junho da Assembleia Municipal.**-----

Autorização para a concessão das zonas de estacionamento tarifado de Angra do

Heroísmo

Ent. 500 – Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 11 de Abril corrente, tendo em vista a submissão à Assembleia Municipal de autorização para a concessão, mediante concurso público internacional, das zonas de estacionamento tarifado de Angra do Heroísmo, nos termos conjugados da alínea q) do n.º 2 do artigo 53.º com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e 3 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata, concordou com esta proposta e deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal, nos termos da citada Lei.**-----

A Presidente deu conta de que o que é proposto é que a Assembleia Municipal venha a autorizar a abertura do procedimento, fixando as condições gerais. Salientou que a Câmara Municipal considera que chegou o momento de revisão das condições contratuais fixadas para atribuição da exploração dos parquímetros, designadamente tendo em conta a constante evolução legislativa neste setor, bem como o acumular de experiência que vem sendo adquirido. Considerou que se justifica substituir todos os aparelhos de parquímetros atualmente instalados e equipamentos, por estarem ultrapassados, conforme já foi reportado em reunião de Câmara. Indicou ainda que há a denúncia do contrato com a atual empresa, para se proceder a um novo, que terá como objeto a exploração das parcelas de solo. Acrescentou que o processo se destina à instalação, exploração, manutenção e conservação dos parquímetros da zona de estacionamento de duração limitada na cidade de Angra do Heroísmo. Deu conta que o entendimento é que a atribuição da concessão deve ser feita através de concurso público internacional, atendendo ao valor em causa e como contrapartida a concessionária deve pagar ao Município uma contrapartida financeira mensal, que não poderá ser inferior a dezoito mil, quinhentos e noventa e um, trinta e seis euros. Deu ainda conta que, de acordo com a informação, a concessão deverá ser atribuída pelo prazo de dez anos.-----

O Vereador António Ventura ressaltou que não houve tempo útil para se debruçarem sobre este ponto, embora aparentemente simples, anotou que pode haver questões que

tenham de ser analisadas com outra atenção. Recordou que o Vereador do CDS-PP estava muito reticente relativamente a este ponto e queria opinar sobre o mesmo.-----

Alteração da reunião pública do executivo municipal do mês de Abril

Proposta verbal do Vereador Artur Lima, a qual mereceu a concordância de todos os membros do executivo municipal, no sentido de ser alterada a reunião pública do dia 23 de Abril, para o dia 26 de Abril, mantendo-se o mesmo lugar – Freguesia da Sé – e a mesma hora – 20H30.-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....